



**LISBOA  
SCHOOL OF  
ECONOMICS &  
MANAGEMENT**

**MESTRADO**

**DESENVOLVIMENTO E  
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**

**DISSERTAÇÃO**

**O ACESSO À ÁGUA E AO SANEAMENTO NOS PAÍSES  
EM DESENVOLVIMENTO:  
A UNIÃO EUROPEIA, AS ONGDs E O CASO DE BAFATÁ  
NA GUINÉ BISSAU**

**DAVIDE GENTILI**

**NOVEMBRO - 2014**



**LISBOA  
SCHOOL OF  
ECONOMICS &  
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM  
DESENVOLVIMENTO E  
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO  
DISSERTAÇÃO**

**O ACESSO À ÁGUA E AO SANEAMENTO NOS PAÍSES  
EM DESENVOLVIMENTO:  
A UNIÃO EUROPEIA, AS ONGDs E O CASO DE BAFATÁ  
NA GUINÉ BISSAU**

**DAVIDE GENTILI**

**ORIENTAÇÃO:**

**(ORIENTADOR) PROF. DOUT. LUIS MAH SILVA  
(CO-ORIENTADOR) DR. MIGUEL FILIPE SILVA**

**NOVEMBRO - 2014**

## RESUMO

Com esta dissertação procura-se compreender de que forma as boas práticas para o acesso à água e ao saneamento, acordadas pelos doadores internacionais, influenciam o trabalho das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGDs) que atuam neste sector. A dissertação analisa como a União Europeia (UE), o mais importante doador internacional no sector da água e do saneamento, tem influenciado o trabalho da ONGD portuguesa – TESE – *Associação Para o Desenvolvimento* neste sector. Entre 2010 e 2012, a TESE implementou um projeto para a expansão do acesso à água em Bafatá, na Guiné-Bissau, com o apoio financeiro da UE. Este estudo de caso permitiu observar de que forma a TESE interpretou as orientações da UE no sector da água e do saneamento: se procurou seguir cegamente as linhas orientadoras europeias de forma a captar os fundos, ou respeitar antes a sua própria visão para o sector independentemente da disponibilidade dos financiamentos. A dissertação analisa ainda os objetivos e boas práticas que movem a cooperação neste sector bem como as dificuldades encontradas na execução dos projetos.

**Palavras-chave:** Acesso à Água, Saneamento, Comissão Europeia, TESE, ONGD, Guiné Bissau, Gestão dos recursos hídricos, Gestão dos Serviços hídricos, Serviços Básicos, Estados Frágeis, Compromisso Político.

## ABSTRACT

With this dissertation we seek to understand in which ways the best practices on water access and sanitation, agreed by international donors, influence the work of non-governmental development organisations (NGDOs) operating in this sector. We analyse how the European Union, the most important international donor for the water and sanitation sector, influenced the activities of the NGDO TESE – *Associação para o Desenvolvimento* in this sector. Between 2010 and 2012, TESE implemented a EU-funded project aimed at extending access to water for the inhabitants of Bafatá, in Guinea-Bissau. Based on this case study, we observed how TESE interpreted the European Union's guidelines for the water and sanitation sector to understand whether there was a blind adaptation to the guidelines to access the finance or instead TESE sought to respect its own vision for the sector independently of finance availability. Additionally, the dissertation also analysed the goals and best practices that drive international cooperation in the sector and the challenges during the implementation of the projects.

**Keywords:** Water Access, Sanitation, European Commission, TESE, NGO, Guinea-Bissau, Water Resources Management, Water Services Management, Basic Services, Fragile States, Political Commitment.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador, o Professor Luís Mah, pela paciente orientação, pelo tempo e pelas energias que me tem dedicado.

Ao meu coorientador e diretor da TESE - Sem Fronteiras, o Miguel Silva, agradeço a disponibilidade e a possibilidade que me foi dada de integrar a equipa da TESE em Lisboa durante o período de estágio.

A minha gratidão vai também à equipa da TESE em Lisboa, que me acolheu com simpatia e interesse, e aos membros anteriores e atuais que responderam detalhadamente às minhas entrevistas.

Finalmente, um agradecimento especial vai ao Henrique Gomes, responsável pelo sector WASH na TESE, pela disponibilidade demonstrada, pelo tempo dedicado em responder às minhas perguntas e pela partilha de conhecimento.

## ÍNDICE

<b>ÍNDICE de ABREVIACÕES .....</b>	<b>1</b>
<b>DEFINIÇÕES .....</b>	<b>3</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1. O DEBATE INTERNACIONAL E AS ORIENTAÇÕES DOS DOADORES DESDE 2000 ATÉ 2012.....</b>	<b>5</b>
1.1 A cooperação da União Europeia no setor Água, Saneamento e Higiene (WASH).....	6
1.1.1 A Facilidade para a Água UE-ACP .....	7
1.1.2 As bases orientadoras da FA.....	7
1.1.3 A primeira FA e as CfP de 2004 & 2006 .....	11
1.1.4 A segunda FA e as CfP de 2010 & 2011 .....	12
1.1.5 A evolução das linhas orientadoras nas CfP.....	12
1.1.6 A água e o saneamento no Instrumento de Desenvolvimento e Cooperação (IDC) da UE .....	13
1.2 A perspetiva não institucional, uma análise crítica .....	13
<b>2. ÁGUA E SANEAMENTO NOS ESTADOS FRÁGEIS: O CASO DA GUINÉ BISSAU.....</b>	<b>15</b>
2.1 As características do sector WASH nos Estados Frágeis .....	16
2.2 O caso da Guiné Bissau .....	17
2.2.1 As instituições no sector WASH e os modelos de gestão local.....	18
2.2.2. A GIRH e as políticas de cooperação para o desenvolvimento .....	19
2.2.3. As ONGDs presentes no território .....	20
<b>3. ESTUDO DE CASO: A ONGD TESE E O ACESSO À ÁGUA EM BAFATÁ .</b>	<b>21</b>
3.1. A TESE – Associação Para o Desenvolvimento e a Cooperação Internacional .....	21
3.1.1. Os primeiros passos da TESE no sector WASH .....	22
3.2. A TESE na Guiné Bissau: o caso de Bafatá.....	24
3.2.1. Bafatá Misti Iagu (BMI) .....	25
3.2.1.1. A Proposta da TESE no contexto das problemáticas existentes em Bafatá.....	26
3.2.1.2. Os resultados e as dificuldades.....	28
3.3. As orientações no sector WASH: a CE e a TESE em comparação .....	29
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>33</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>35</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>410</b>

## ÍNDICE de ABREVIACÕES

AC: Associações Comunitárias  
ACP: África, Caribe e Pacífico  
AdP: Águas de Portugal  
AL: Atores Locais  
ANE: Atores Não Estatais  
APD: Ajuda Para o Desenvolvimento  
ASPAAB: Associação de Saneamento Básico, Proteção da Água e Ambiente de Bafatá  
AuL: Autoridades Locais  
CD: Cooperação para o Desenvolvimento  
CE: Comissão Europeia  
CFA: Comunidade Financeira Africana  
CfP: Convite à apresentação de candidaturas (acrónimo inglês: *Call for Proposals*)  
CMDs: Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável  
DEEH: Delegação Regional dos Recursos Hídricos  
DENARP: Documento de Estratégia para a Redução da Pobreza  
DGRH: Direção Geral dos Recursos Hídricos  
DRRH: Direção Regional dos Recursos Hídricos  
DPEA: Direção Provincial de Energia e Água  
DPEA-KN: Direcção Provincial de Energia e Águas do Kwanza Norte  
EAGB-GB: Empresa Pública de Água e Electricidade da Guiné-Bissau  
EF: Estado Frágil  
ER: Energias Renováveis  
EUWI: Iniciativa para a Água da União Europeia (acrónimo inglês: *European Union Water Initiative*)  
FA: Facilidade para a Água  
FCG: Fundação Calouste Gulbenkian  
FED: Fundo Europeu de Desenvolvimento  
GA: Governo Angolano  
GAS: Grupo de trabalho sobre a Água e o Saneamento  
GB: Guiné Bissau  
GdGB: Governo da Guiné Bissau  
GIRH: Gestão Integrada de Recursos Hídricos  
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IDC: Instrumento de Desenvolvimento e Cooperação

IMVF: Instituto Marquês de Valle Flor

IPAD: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

JMP: Programa de Monitorização Conjunta (acrónimo inglês: *Joint Monitoring Programme*)

MEIRN: Ministério da Indústria, Energia e Recursos Naturais

NU: Nações Unidas

OCDE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

ODI: Overseas Development Institute

ODM : Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OI: Organizações Internacionais

ONG: Organização Não Governamental

ONGD: Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

PALOP: Países de Língua Oficial Portuguesa

PD: Países em Desenvolvimento

PDAAS: Plano Diretor de Abastecimento de Água e Saneamento

PE: Parlamento Europeu

PIB: Produto Interno Bruto

PMRI: Programa Multisectorial para a Reabilitação de Infraestrutura

PRS: Programa Regional Solar

PURSEE: Programa de Emergência para a Reabilitação dos Sectores da Eletricidade e  
Água

UE: União Europeia

UEMOA: União Económica e Monetária da África Ocidental

WASH: Água, Saneamento e Higiene (acrónimo inglês: *Water, Sanitation and Hygiene*)



## DEFINIÇÕES

Por **FONTE DE ÁGUA MELHORADA** entende-se uma origem de água que, pela natureza da sua construção e, quando utilizada corretamente, protege adequadamente a origem de contaminação externa, em particular matéria fecal.<sup>1</sup> (A fonte de água melhorada pode não ser fonte de água potável).

O **SANEAMENTO** é considerado **MELHORADO** nos casos em que haja separação higiénica entre os excrementos e o contacto com o homem através por exemplo de latrinas assépticas<sup>2</sup>.

O **POÇO CONVENCIONAL** é caracterizado pela ausência de impermeabilidade até o fundo e pela falta de cobertura. Desta forma é possível o livre acesso ao seu interior de recipientes para a extração de água. Estas características resultam no alto risco de exposição a fontes de contaminação tornando assim o poço convencional numa fonte insegura para acesso a água.

O **SANEAMENTO ECOLÓGICO** é um processo de reutilização dos excrementos humanos baseado sobre três princípios: prevenção da poluição em detrimento do controlo póstumo dos seus efeitos, saneamento da urina e das fezes (de forma a restituir ao ambiente os seus preciosos nutrientes) e utilização do seu produto para finalidades agrícolas.

O **SANEAMENTO BÁSICO** é proporcionado por uma infraestrutura (baseada sobre tecnologias suficientemente fiáveis, eficientes e higiénicas) que inclua a recolha, o transporte, o armazenamento seguro, o tratamento e a reutilização/eliminação dos excrementos humanos e que inclua a drenagem e a reutilização/eliminação das águas residuais.

---

<sup>1 2</sup> A definição completa de “fonte de água e saneamento melhorada” e a distinção entre as suas categorias está disponível no *site* do Programa de Monitorização Conjunta (JMP) (UNICEF/WHO) <http://www.wssinfo.org/definitions-methods/watsan-categories/> (05/2014).

## INTRODUÇÃO

Este trabalho enquadra-se no tema da cooperação internacional com os Países em Desenvolvimento (PD) no sector da água, do saneamento e da higiene (WASH)<sup>3</sup>. O propósito da dissertação de mestrado é investigar de que forma as boas práticas, acordadas pelos doadores internacionais, para o acesso à água e ao saneamento influenciam o trabalho das ONGDs que atuam neste sector. Assim, procurara-se analisar como é que a União Europeia (UE), o mais importante doador no sector WASH a nível internacional, tem influenciado o trabalho no sector WASH da ONGD portuguesa – TESE – Associação Para o Desenvolvimento. A UE, na primeira década de 2000, tem fortalecido o seu empenho no sector WASH, financiando inúmeros projetos de cooperação e contribuindo ativamente no debate político internacional.

Entre os critérios que levaram à escolha da TESE, para além da proximidade geográfica e da oportunidade de colaboração com os membros, figura o facto de ser uma das poucas ONGD em Portugal empenhadas na cooperação no sector WASH no espaço lusófono. Na última década esteve envolvida em vários projetos no sector da água e do saneamento. Entre outros, implementou um projeto cofinanciado pela UE em Bafatá, na Guiné Bissau (GB) e que será objeto de análise enquanto estudo de caso.

Procurou-se observar de que forma a TESE interpreta as orientações da UE no sector WASH, tentando compreender se se verifica uma cega adaptação às linhas orientadoras de forma a captar os fundos, ou se ao contrário existe uma visão que orienta as ações da TESE independentemente da disponibilidade dos financiamentos. Para além disto, são investigados os objetivos que movem a cooperação neste sector, as boas práticas reconhecidas e as dificuldades encontradas na execução e implementação dos projetos.

Em termos metodológicos, o autor desta dissertação acompanhou, enquanto estagiário entre fevereiro e maio de 2014, o trabalho diário da sede da TESE em Lisboa. Foram analisados os documentos que orientam a cooperação e as linhas de financiamento da UE no sector WASH e comparados com os resultados do caso de estudo sobre Bafatá, provenientes da análise dos documentos dos projetos realizados pela TESE, das avaliações dos projetos e das entrevistas realizadas aos membros atuais e anteriores da ONGD<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Acrónimo inglês: *Water, Sanitation and Hygiene*.

<sup>4</sup> A matriz das entrevistas está disponível em: <http://1drv.ms/1BQczQk>.

A comparação foi focada principalmente sobre: (1) os objetivos desejados, os grupos alvo, as ações propostas e a abordagem promovida nas ações; (2) a abordagem sobre as questões chave do acesso e da gestão dos serviços hídricos. Aqui procurou-se comparar os princípios inerentes a questões institucionais e de gestão (Qual o modelo de gestão do recurso que é promovido?), sociais e económicas (Qual o valor atribuído à água, na equidade, nos direitos humanos, na equidade de género, na qualidade dos serviços promovida, e nas questões de propriedade, preço, tarifação dos serviços?), e finalmente ambientais, de informação, educação, comunicação e tecnológicas.

No primeiro capítulo, após a revisão dos principais doadores internacionais no sector WASH e do percurso efetuado para se alcançarem os objetivos internacionais neste sector, serão analisadas as orientações da UE entre 2000 e 2012, período marcado pela Declaração do Milénio que deu um novo impulso ao debate internacional sobre a água e o saneamento. No final do capítulo, esta visão será confrontada com a dos mais importantes atores não institucionais no sector WASH.

No segundo capítulo será apresentada a situação do sector WASH na GB, país onde a TESE tem vindo a trabalhar nos últimos dez anos e onde implementou um projeto na segunda cidade do país, Bafatá. A situação político-económica do país será enquadrada no contexto das políticas de desenvolvimento do sector para os Estados Frágeis (EF).

O terceiro capítulo será dedicado ao desenvolvimento do estudo de caso. Num primeiro momento será analisado o percurso da TESE no sector WASH, para chegar, no final, à descrição detalhada do projeto realizado em Bafatá.

A conclusão do capítulo será dedicada à comparação das orientações da UE com as da TESE.

## **1. O DEBATE INTERNACIONAL E AS ORIENTAÇÕES DOS DOADORES DESDE 2000 ATÉ 2012**

Os problemas de acesso à água e ao saneamento nos PD sempre foram tema de debate internacional. No início do novo milénio, na África Subsaariana, só 55,2 % da população tinha acesso a uma fonte de água melhorada, e só 26,1% tinha acesso a saneamento básico (UNICEF/WHO, 2014).

O reconhecimento por parte da comunidade internacional da necessidade de enfrentar os grandes desafios associados à melhoria das condições de acesso à água e ao saneamento (redução da difusão de doenças, redução da pobreza e crescente pressão sobre os recursos hídricos, devido ao crescimento populacional e às mudanças climáticas) levou à consideração do acesso à água na elaboração dos Objetivos de

Desenvolvimento do Milénio (ODM) em 2000. Entre as metas estabelecidas para atingir o Objetivo 7 (Garantir a sustentabilidade ambiental), a meta 7c procura “Reduzir para metade, até 2015, a percentagem de população sem acesso permanente a uma fonte de água segura e saneamento básico<sup>5</sup> [este último adicionado em 2002]”<sup>6</sup>.

Em 2002 no âmbito da Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (CMDS) em Joanesburgo, foram integrados os objetivos para a melhoria do saneamento na meta 7c. Os países participantes comprometeram-se em desenvolver até 2005 planos de Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH), objetivo ainda hoje não atingido por muitos países<sup>7</sup>.

Desde então começou um percurso liderado pelas Nações Unidas (NU) que levou em 2010 ao reconhecimento do “direito a uma fonte de água segura e limpa e ao saneamento como um direito humano essencial pela plena fruição da vida e dos direitos humanos” (UNITED NATIONS, 07/2010).

Os compromissos assumidos em Joanesburgo foram reafirmados por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro em 2012. (UNITED NATIONS, 2012). Assim, a primeira década de 2000 destaca-se como um período determinante para um crescente reconhecimento internacional do direito à água e ao saneamento.

### **1.1 A cooperação da União Europeia no setor Água, Saneamento e Higiene (WASH)**

A Comissão Europeia (CE) é a instituição responsável pela execução da política de cooperação para o desenvolvimento (CD) da UE. A partir de 2011, o Diretório Geral para o Desenvolvimento e Cooperação da CE ou EuropeAid<sup>8</sup>, passou a ser responsável pela definição e implementação das políticas de desenvolvimento da UE assegurando a eficácia da Ajuda Para o Desenvolvimento (APD)<sup>9</sup>.

Para compreender as orientações de cooperação da CE no setor WASH é necessário recuar até 1998, aquando a publicação das “Orientações para a cooperação para o desenvolvimento em matéria de recursos hídricos” (EUROPEAN COMMISSION, 1998). Com o documento impulsionava-se uma abordagem holística da cooperação no sector da água que compreendesse na sua aplicação não só princípios meramente

---

<sup>5</sup> Com fonte de água segura e saneamento básico entende-se uma fonte de água e saneamento melhoradas (ver definições).

<sup>6</sup> Nações Unidas: <http://www.un.org/millenniumgoals/envIRON.shtml>.

<sup>7</sup> Nações Unidas: <http://www.un.org/waterforlifedecade/background.shtml>.

<sup>8</sup> De agora em diante será somente utilizado o acrónimo “CE”.

<sup>9</sup> EuropeAid: [http://ec.europa.eu/europeaid/about-development-and-cooperation-europeaid\\_en](http://ec.europa.eu/europeaid/about-development-and-cooperation-europeaid_en).

técnicos, base da cooperação no sector da água e saneamento até o final dos anos Noventa (COMISSÃO EUROPEIA, 2002, p. 7), mas também princípios de boa governação, de capacitação, de participação dos *stakeholders* e de GIRH.

O esforço para se alcançar a meta 7c, foi posto na base da programação da CE no sector da água. Em 2002, visando acelerar o caminho para o cumprimento da meta 7c, foi lançada em Joanesburgo a Iniciativa para a Água da União Europeia (ou *European Union Water Initiative* -EUWI-), parceria estratégica que envolve governos, Organizações Internacionais (OI), sector privado e sociedade civil. O elemento chave da iniciativa (EUWI, 2012, p. 32) é o reforço do empenho político e da atenção internacional no setor WASH, promovendo acordos para melhorar a governação hídrica e incentivando a cooperação regional e sub-regional para uma melhor gestão do setor.

No âmbito da iniciativa, foi estabelecida a principal linha de financiamento da CE para a cooperação no sector WASH. Esta linha, denominada Facilidade para a Água (FA), é financiada através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), principal instrumento de cooperação da CE.

#### *1.1.1 A Facilidade para a Água UE-ACP*

Na primeira década de 2000 foram lançadas duas FA no âmbito da cooperação entre a UE e os países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), a primeira em 2004, financiada pelo 9º FED, e a segunda em 2010, financiada pelo 10º FED. A primeira FA financiou duas Chamadas para a Apresentação de Candidaturas (ou *Calls for Proposals* -CfP-), uma em 2004 (COMISSÃO EUROPEIA, 2004), e uma em 2006 (COMISSÃO EUROPEIA, 2006), enquanto a segunda FA financiou três CfP, respetivamente duas em 2010 (COMISSÃO EUROPEIA, 2010 & EUROPEAN COMMISSION, 2010) e uma em 2011 (EUROPEAN COMMISSION, 2011).

A FA privilegiou aqueles países que já se encontravam numa "fase avançada da reforma da sua política sectorial" (COMISSÃO EUROPEIA, 2004, p. 15). Porém, não excluiu de todo a possibilidade de financiar outros países, na condição de que estes se comprometiam a iniciar reformas no setor da água e saneamento, reforçando as suas instituições de forma a "criar um clima propício ao investimento" (COMISSÃO EUROPEIA, 2004, p. 15).

#### *1.1.2 As bases orientadoras da FA*

A Comunicação da CE ao Parlamento Europeu (PE) (aprovada em Março 2004) (COMISSÃO EUROPEIA, 2004), que define as modalidades de cooperação da FA

entre a UE-ACP, fundamenta as suas orientações na Comunicação de Março 2002: “A gestão das águas na política dos países em desenvolvimento e as prioridades da cooperação para o desenvolvimento da União Europeia” (COMISSÃO EUROPEIA, 2002). Tal documento, reforçando o caminho traçado em 1998, delinea as orientações da CE no sector WASH.

A GIRH é consagrado pela CE como principal método de gestão dos recursos hídricos. Este tem uma natureza transectorial, tendo em consideração todas as utilizações legítimas dos recursos hídricos, preocupando-se com a gestão sustentável da água e as consequências ambientais provocadas pelo seu uso excessivo, considerando as necessidades de água da bacia hidrográfica e as suas diversas utilizações.

Segundo a abordagem é necessária a integração “entre sectores e entre parceiros, para ultrapassar a fragmentação das responsabilidades; entre utilizações do solo e da água [...]; entre a proteção da qualidade da água [...] e a maximização da quantidade; entre as utilizações das águas superficiais e das águas subterrâneas; entre as medidas baseadas na oferta e as medidas baseadas na procura [...]; entre a procura de água a curto prazo [da humanidade] e as necessidades a longo prazo [do meio ambiente] ” (COMISSÃO EUROPEIA, 2002).

A difusão da aplicação da GIRH para todos os níveis de responsabilidade assume a posição de princípio orientador dentro do qual se inserem as intervenções no sector da água da CE.

O seu objetivo geral de cooperação, a redução da pobreza, passa necessariamente através da melhoria das condições de acesso aos recursos hídricos e ao saneamento. Este objetivo só pode ser atingido através de uma boa gestão dos recursos e serviços hídricos e do saneamento. Não é casual que um dos objetivos específicos contemplados em 2002 tenha sido a integração nos governos dos princípios de gestão das águas.

Para além das populações vulneráveis, grupo alvo das intervenções passam a ser também as organizações de utilizadores e instituições no domínio da água. A este propósito a CE sublinha a importância de dar apoio, sobretudo nas zonas mais frágeis, às associações de utilizadores ou às organizações comunitárias envolvidas na gestão das águas (COMISSÃO EUROPEIA, 2002).

As ações propostas dividem-se em dois tipos de ação: (I) as intervenções **infraestruturais**; (II) as ações vocacionadas para uma melhor **gestão dos recursos e dos serviços**. A abordagem da intervenção infraestrutural requer a utilização de

métodos economicamente eficientes como por exemplo a reabilitação das infraestruturas existentes<sup>10</sup>.

O segundo tipo de ação está constituído por um grupo de diferentes ações:

(1) **Sensibilização, participação e responsabilização.** São propostas as seguintes atividades:

- Campanhas de educação pública através da utilização de meios de comunicação social, escolas, organizações de mulheres.
- Educação no domínio da higiene.

(2) **Reforço e gestão das instituições.** São promovidas:

- A melhoria do quadro legislativo para assegurar melhor transparência e boa governação no setor da água.
- O reforço de capacidades na gestão eficiente de planos integrados das bacias hidrográficas.
- A realização de projetos hídricos compatíveis com os planos integrados das bacias hidrográficas e a introdução de medidas para a implementação destes planos, caso ainda não existam.
- O reforço das capacidades de funcionamento e manutenção das infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento.

(3) **Gestão da água através da procura.** Para encontrar soluções equilibradas entre procura e oferta solicita-se:

- A atribuição de um valor à água, introduzindo a tarifação dos serviços hídricos, minimizando a água não contabilizada, reduzindo os desperdícios e aplicando coimas ou tarifas no caso da sua degradação. A tarifação deverá ser efetuada tendo em conta as necessidades dos mais pobres, incluindo princípios de recuperação dos custos e “incorporando os necessários custos da proteção do ambiente contra os resíduos e a poluição” (COMISSÃO EUROPEIA, 2002, p. 19);
- Planear a extensão do acesso baseando-se sobre a procura, realizando inquéritos aos consumidores e tendo em consideração as necessidades dos mais pobres, tentando chegar às zonas periurbanas;
- Introduzir, quando possível, dispositivos de poupança e reutilização da água;
- Introduzir incentivos para a preservação da qualidade da água comum, através da proteção dos poços e do armazenamento seguro da água.

---

<sup>10</sup> Este tipo de ação será menos desenvolvido dada a maior ênfase que a CE atribui ao segundo tipo.

- (4) **Expansão da base de conhecimentos.** São promovidas abordagens inovadoras na gestão da procura, no saneamento ecológico e na implementação de pequenos sistemas de recirculação, que possam ser adaptadas consoante as condições de acessibilidade dos preços e das capacidades de gestão.
- (5) **Melhor coordenação** entre doadores multilaterais, bilaterais e Organizações Internacionais, com a finalidade de obter maior complementaridade das ações.

Para além dos objetivos e das ações propostas, do documento orientador é possível extrapolar alguns princípios chave. O **valor** atribuído à água é sem dúvida multifacetado, sendo considerado um bem indispensável do ponto de vista económico, social, cultural, sanitário e ambiental. É importante, portanto, que exista uma oferta de água acompanhada por meios adequados de saneamento suficiente para satisfazer as necessidades básicas, e que esta seja distribuída de forma **equitativa** (COMISSÃO EUROPEIA, 2002).

O conceito de equidade não é acompanhado por uma ligação aos direitos humanos. Não obstante ser mencionado o acesso a fontes seguras de água e saneamento básico como respeitador da dignidade humana (EUROPEAN COMMISSION, 2011) não se faz nenhuma referência aos direitos humanos mesmo após o reconhecimento destes como direitos humanos pela Assembleia Geral das NU em 2010.

Dos documentos emerge uma forte preocupação com as questões de **equidade de género**, sendo que é frequentemente chamada a atenção sobre a necessidade de ter em conta as implicações de género nas fases de planeamento e implementação dos projetos.

No que diz respeito a **qualidade dos serviços** e o alcance que estes devem ter para ser considerados adequados, notou-se uma certa melhoria na definição. Em 2004 a CE sublinhava a necessidade de serviços acessíveis e adequados, sem aprofundar o conceito de acessibilidade e adequação (COMISSÃO EUROPEIA, 2004). Em 2010 afirmava que um bom acesso ao serviço de água deve disponibilizar “ao menos 20 litros por pessoa por dia de uma fonte melhorada dentro de 1 km de distância dos usuários” (EUROPEAN COMMISSION, 2010).

Os princípios económicos são reunidos em duas áreas, **propriedade e preço**. A CE não toma posição sobre a propriedade dos serviços, declarando-se neutra. Porém, não deixa de sugerir soluções de parcerias entre o setor público, privado e da sociedade civil na gestão dos serviços hídricos, sublinhando a importância da revogabilidade das concessões (COMISSÃO EUROPEIA, 2004).



Por outro lado, é clara a posição da CE sobre a tarifação dos serviços. Já em 2002 a CE afirmava: “a água tem um valor económico e deveria de ser reconhecida como um bem económico” (COMISSÃO EUROPEIA, 2002). Segundo os princípios da gestão da procura, impor tarifas sobre os serviços hídricos é um importante componente de sustentabilidade (ambiental e económica).

A CE sugere que dentro dos objetivos das intervenções seja considerada a melhoria ou a minimização dos efeitos negativos para o **meio-ambiente**, introduzindo medidas de monitorização da mudança ambiental. São incentivadas intervenções que contemplem o desenvolvimento de uma cultura de consumo (responsável) entre os utilizadores da água. É portanto fundamental a complementaridade com as ações de **informação, ensino e comunicação**, que assomem um importante papel em todas as intervenções ligadas à água e ao saneamento.

Finalmente, os princípios **tecnológicos** chamam a atenção para uma abordagem equilibrada entre os meios físicos e o capital humano utilizado nos projetos, relembrando que a tecnologia utilizada deveria de ser escolhida por critérios de eficiência, adequação, custo e sustentabilidade local.

### *1.1.3 A primeira FA e as CfP de 2004 & 2006*

As CfP de 2004 e 2006 estão em sintonia com o documento orientador. Os objetivos específicos têm dois eixos principais: (1) a melhoria da governação da água e do saneamento e (2) o aumento do acesso aos serviços de água e saneamento. A exigência de integração dos princípios de gestão das águas e a necessidade de maior transparência, orientam as medidas para a melhoria da governação no sector WASH. A realização de infraestruturas e o suporte a iniciativas da sociedade civil visam melhorar o acesso aos serviços.

Estas ações estão em linha com as orientações expressas em 2002 finalizadas à melhoria da gestão dos recursos e dos serviços. De facto, quando a Comissão, no âmbito do suporte às iniciativas da sociedade civil, propõe abordagens inovadoras que proporcionem a entrega de serviços às comunidades pobres, está a chamar a atenção sobre a necessidade de expansão da base de conhecimentos. No contexto das ações direcionadas para a melhoria da gestão da água e a governação, quando se pedem ações de apoio à implementação de planos de gestão dos recursos hídricos, o reforço de capacidades a nível local e regional e a facilitação de programas educativos que expliquem a importância da higiene e do saneamento, de forma a aumentar a procura

deste serviço, o que se está a chamar a atenção é para a necessidade de reforço legal, institucional e de sensibilização.

#### *1.1.4 A segunda FA e as CfP de 2010 & 2011*

Os objetivos específicos foram divididos entre a primeira e a segunda CfP: (1) ajudar a atingir os ODM na água e no saneamento, diminuindo para metade a proporção de pessoas com falta de acesso a uma fonte de água segura e ao saneamento básico, (2) contribuir para a melhoria da gestão e governação dos recursos hídricos.

Reconhecendo os escassos progressos registados no setor do saneamento, foi publicada uma terceira CfP com o objetivo de (3) promover projetos direcionados ao aumento da difusão do saneamento nas áreas periurbanas.

Nestas CfP é posto de forma mais marcada o acento sobre a necessidade de desenvolvimento das capacidades das autoridades locais e das organizações interessadas na gestão dos serviços de água e saneamento. Para além disto, realça-se a importância de ações na melhoria da manutenção dos sistemas hídricos, aplicação de testes de qualidade da água, implementação de medidas de prevenção da poluição e proteção da água, criação de condições para o acesso aos investimentos financeiros, investigação sobre metodologias para expandir o acesso aos mais pobres e construção de um processo participativo de consenso entre as instituições centrais e locais.

#### *1.1.5 A evolução das linhas orientadoras nas CfP*

Podem-se salientar alguns aspetos da evolução das orientações da CE no decorrer da última década. Como vimos, com o lançamento da última CfP assistiu-se ao aumento dos esforços para o cumprimento da meta 7c no domínio do saneamento básico (EUROPEAN COMMISSION, 2011).

Do ponto de vista da abordagem do projeto é dada cada vez maior ênfase às questões da sustentabilidade, durabilidade das intervenções e portanto da apropriação por parte dos beneficiários dos resultados dos projetos. Desta forma a capacitação dos atores locais assume um papel de primeiro plano.

A questão do acesso é acompanhada pela maior sensibilidade à questão da qualidade da água. Isto deduz-se principalmente pelos requisitos definidos pelas últimas CfP quanto à necessidade de se proceder à aplicação de testes de qualidade da água e de medidas anti-poluidoras.

Finalmente, ressalta a compreensão da obrigatoriedade de planear e implementar os projetos de intervenção em parceria com as entidades locais e a compreensão da

importância de estender os projetos bem-sucedidos ou replicá-los em outros contextos (EUROPEAN COMMISSION, 2011). Em conclusão, é preciso observar que o núcleo central dos princípios que orientam a cooperação da CE no setor da água e do saneamento permanece inalterado ao longo da primeira década de 2000.

#### *1.1.6 A água e o saneamento no Instrumento de Desenvolvimento e Cooperação (IDC) da UE*

Com o objetivo de harmonizar as políticas de CD da UE, em 2005 foi assinado o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento pelo PE, os Estados-membros da UE e o Conselho da CE. Na parte dedicada à água, o acordo demonstra estar em linha com as orientações expressas no âmbito dos ODM e da CMDS, sublinhando a importância de respeitar os compromissos tomados e lembrando a importância da aplicação da GIRH (EUROPEAN PARLIAMENT, COUNCIL, COMMISSION, 2006). No seguimento do acordo, em 2007 foi instituído um novo instrumento de financiamento, o IDC, o qual incorporava instrumentos geográficos (não direcionados aos países ACP) e temáticos.

Grande parte dos programas temáticos<sup>11</sup>, não faz explicitamente referência às questões WASH,<sup>12</sup> limitando-se a reafirmar os princípios já expressos aquando a criação da FA.

### **1.2 A perspetiva não institucional, uma análise crítica**

Não obstante os progressos ao nível do cumprimento dos ODM no sector WASH, tem havido críticas sobre a forma como a comunidade internacional interpretou os indicadores dos resultados atingidos.

Obeng-Odoom (2012), considera que foi dada demasiada atenção às questões da cobertura no acesso, desconsiderando as questões mais profundas da qualidade, dos custos e da distribuição dos serviços. Citando o caso do Gana, sublinha que muitas vezes os serviços de abastecimento de água proporcionados não são suficientemente fiáveis, sendo intermitentes e não fornecendo água por longos períodos, isto implica o aumento dos custos de acesso, sendo necessário para as famílias recorrer à economia paralela para comprar água. Entre os elementos críticos encontra-se a desigualdade na distribuição do acesso à água canalizada concentrada em bairros ricos, em detrimento dos bairros mais pobres (Obeng-Odoom, 2012).

Segundo a Oxfam, o Estado deve ser o principal promotor dos serviços públicos, sendo que as organizações da sociedade civil e as companhias privadas podem

---

<sup>11</sup> Consultáveis acedendo a este link: [http://ec.europa.eu/europeaid/how/finance/thematic\\_en.htm](http://ec.europa.eu/europeaid/how/finance/thematic_en.htm)

<sup>12</sup> Como veremos no terceiro capítulo a TESE concorrerá a um destes programas temáticos.

contribuir (sem substituir-se ao Estado) na entrega deles, mas só num quadro de regulação e integração dentro de um sistema público forte (Oxfam Int. & WaterAid, 2006). Os esforços da comunidade internacional para se alcançarem os ODM continuarão a ser insuficientes se não forem acompanhados por claros compromissos políticos dos Estados na melhoria dos serviços e pela clara vontade de reformar o sector. Para que isto possa acontecer, os governos têm que sentir a pressão da sociedade civil, devidamente consciencializada sobre a importância fundamental dos bens e serviços (Oxfam Int. & WaterAid, 2006).

A CE reconhece a necessidade de concentrar os esforços sobre os países que assumiram compromissos sólidos, definindo um caminho de reformas no setor, para ter maior impacto. É evidente a ameaça que comporta o desinvestimento nos Estados menos “virtuosos”, para se alcançarem os ODM no setor da água e do saneamento nestes países, que na sua maioria são os que mais precisam do apoio dos doadores. A este propósito, a WaterAid criticou a CE por não se focar nos países mais necessitados nos seus esforços para ajudar o cumprimento dos ODM, acusando-a de ter uma “abordagem não focada” (WaterAid & Tearfund, 2005).

A conjunção, nos PD, de baixos investimentos e de baixas performances no setor WASH, é definida pela WaterAid como sendo um círculo vicioso. Nestes países os ministérios das finanças, os doadores e o sector privado não têm interesse em investir. Os baixos níveis de investimento em países com baixas performances pode minar a já escassa capacidade de obter e utilizar com eficácia os fundos disponíveis (WaterAid, 2011). Para romper o círculo vicioso, a mudança tem que vir quer dos governos locais quer dos doadores e das ONGDs, sendo que os primeiros devem incrementar o nível de compromisso político e os últimos apoiar o caminho de reforma liderado pelos próprios governos (WaterAid, 2011).

Os doadores internacionais não estão livres de críticas na maneira em que implementam as suas políticas de cooperação. Entre os fatores que travam o desenvolvimento dos serviços básicos identificados pela Oxfam, encontram-se os próprios doadores, que em muitos casos proporcionam uma ajuda não suficientemente coordenada, insuficiente, imprevisível e “distribuída através uma confusão de diferentes projetos que competem diretamente com os serviços públicos para a escassez de recursos” (Oxfam International & WaterAid, 2006). Em 2005, após o lançamento da FA, a WaterAid, no documento intitulado: “An Empty Glass”<sup>13</sup> (WaterAid & Tearfund, 2005), criticou fortemente a EUWI por operar segundo preconceitos ideológicos

---

<sup>13</sup> “Um copo vazio”.

relativamente ao financiamento privado, considerando que a iniciativa tem como prioridade a atração de investimentos por novos capitais privados. Isto não obstante as finanças públicas ultrapassarem o financiamento privado nove vezes no setor da água e não existir nem um “sinal da vontade” por parte dos investidores internacionais em investir grandes capitais no sector nos PD.

Em suma, na última década a CE tem intensificado os esforços para o cumprimento da meta 7c e mais em geral dos ODM. Contudo, é necessário ter em conta os limites apontados pelas OI e nomeadamente a ineficácia e a inadequada focalização das intervenções, a tomada em consideração de indicadores que não refletem a qualidade dos serviços e o escasso empenho político dos próprios governos para a melhoria das condições de vida dos povos.

## **2. ÁGUA E SANEAMENTO NOS ESTADOS FRÁGEIS: O CASO DA GUINÉ BISSAU**

Segundo a OCDE o Estado Frágil (EF) é caracterizado pela incapacidade de executar as funções básicas de governação. Geralmente são Estados com elevadas vulnerabilidades aos choques externos e internos, em termos económicos e políticos (OECD, 2012).

A definição de EF varia levemente entre os atores internacionais. Na tentativa de dar uma definição mais ampla que abrangesse todas as dimensões atribuídas ao estado de fragilidade, Stewart & Brown (2010) definiram o EF através de três dimensões de fragilidade/vulnerabilidade: o fracasso da autoridade, faltando ao governo a autoridade para proteger os cidadãos; o fracasso dos serviços, faltando a capacidade de assegurar a todos os cidadãos o acesso aos serviços básicos; o fracasso da legitimidade do governo, o qual é suportado só de forma limitada pelos cidadãos.

A nível conceptual a designação de EF é controversa. Segundo Ndaruhutse (2011), atrás desta definição esconde-se uma visão principalmente “Ocidental Centrica” de Estado, o qual deve encontrar a resiliência principalmente através de instituições democráticas. A existência de uma situação de fragilidade legitima a intervenção através de “missões civilizadoras” por parte do ocidente, que alimentam a falsa ideia da existência de um ponto de chegada em termos normativos (democráticos) para a redução da fragilidade, ponto que pode ser alcançado num tempo relativamente curto (mais curto do que a evidência mostra).

Contudo, a utilização deste conceito não deixa de ser útil para enquadrar de forma conceptual as características do sector WASH num contexto de fragilidade como o da GB.

## **2.1 As características do sector WASH nos Estados Frágeis**

A meta 7c (para a água) foi cumprida em 2010 (globalmente). Porém, a África Subsaariana ainda está longe da meta. Em 2012 só 64% da população tinha acesso a uma fonte de água melhorada (UNICEF/WHO, 2014). No caso do saneamento a situação resulta pior. Desde 2000 a cobertura aumentou pouco mais que 3%, chegando somente a 29,6% da população (UNICEF/WHO, 2014).

Apesar de ter havido progressos a nível macro, a nível micro encontra-se atualmente uma grande disparidade na distribuição dos serviços entre as diferentes faixas da população. Entre as causas encontra-se a baixa prioridade atribuída ao sector WASH pelos governos dos PD. Estes, segundo a WaterAid, não destinam suficientes recursos ao sector, não obstante muitos dos PD serem signatários da Declaração do Milénio e integrarem nas próprias estratégias de desenvolvimento os planos para a melhoria do sector WASH.

A imprevisibilidade da despesa nacional e a vulnerabilidade perante os eventos exteriores prejudicam a estabilidade do sector. Basta observar o impacto que a crise financeira internacional teve em 2008, levando os governos a efetuar cortes nos orçamentos e diminuindo os recursos destinados ao sector WASH em 2009 e 2010 (WaterAid, 2011). A baixa prioridade dada ao sector não só está a atrasar o caminho para a expansão do acesso, mas também está a prejudicar a sustentabilidade dos serviços, dada a escassa atenção para a manutenção das infraestruturas existentes, seja por parte dos doadores, que preferem financiar novos projetos, seja pelos governos locais (WaterAid, 2011).

No caso dos EF estas problemáticas são amplificadas. Os critérios de boa governança e de GIRH encontram problemas de implementação, dada a falta de capacidade institucional. Nestes casos, seria mais eficaz um tipo de cooperação micro, através do financiamento de ONGDs, que respeitem os procedimentos de gestão e planeamento dos governos (Ndaruhutse, 2011). Nestes países, o financiamento do sector por parte dos doadores é fundamental para fomentar o processo de *state-building*, e os organismos não estatais (também ONGDs) têm um papel fundamental neste processo, ajudando a construir a legitimidade do Estado através do provisionamento dos serviços (sempre que atuem dentro do quadro institucional e não se substituam ao Estado)

(Ndaruhutse, 2011). Porém, entre os problemas específicos dos EF, encontra-se mesmo o *gap* de financiamentos por parte dos doadores internacionais no sector WASH. Nestes países os governos têm dificuldades em encontrar financiamentos para alcançar até mesmo 50% da meta na água e no saneamento, encontrando sérios problemas de sustentabilidade da gestão e de equidade (Ndaruhutse, 2011).

## **2.2 O caso da Guiné Bissau**

Perturbada pela falta de instituições sólidas, pela instabilidade política e pelas dificuldades em prestar serviços básicos, a GB<sup>14</sup> pode ser considerado um Estado Frágil<sup>15</sup> (Sangreman, et al., 2006, p. 20).

Com um IDH de 0,364 (176º lugar sobre 194 países) (UNDP, 2012), uma esperança média de vida de 54 anos e com um PIB *per-capita* de 1164 dólares (PPP, constante 2011) (Banco Mundial, 2012) é um dos países mais pobres da África Subsaariana.

Desde a sua independência (1974) a situação política e económica manteve-se turbulenta, sendo marcada por vários golpes de Estado. (Sangreman, et al., 2006). A década de 2000 foi igualmente marcada pela instabilidade política e pela fragilidade estrutural, tendo-se registado varias tentativas de golpe falhadas e numerosas mudanças de governo, culminadas no golpe de 2012 levado a cabo pelo exército (Embaló, 2012). Após a grande afluência as eleições de maio 2014 e a demonstração por parte do eleitorado em pôr fim a um longo período de instabilidade, a situação parece estar atualmente normalizada (Azevedo-Harman, 2014).

As turbulências políticas afetaram sem dúvida o desempenho económico. Após o último golpe o crescimento económico ficou afetado descendo de 5.3% em 2011 para -1.5% em 2012. Em 2013 o crescimento voltou a ser positivo, chegando aos 0.3%, mas as consequências económicas negativas do golpe mantiveram-se (African Economic Outlook, 2014).

O sector agrícola é o principal sector económico do país (47,3% do PIB) (African Economic Outlook, 2010). Com 30% da produção agrícola dedicada à exportação da castanha de caju, o país está exposto às flutuações internacionais de preço, submetendo-o a uma situação de vulnerabilidade económica. As finanças públicas são dependentes dos empréstimos das instituições de Bretton Woods, presentes no país nos quatros anos anteriores ao golpe de 2012, e da APD. No seguimento do golpe, as instituições internacionais suspenderam as relações com o governo (African Economic Outlook, 2013). Desde então, a CE canalizou o suporte ao sector WASH somente através das

---

<sup>14</sup> Mapa em Anexo (A).

<sup>15</sup> A expressão original utilizada pelos autores é: “País «Frágil»”.

ONGDs (UNICEF, 2012). Após as eleições estão a ser retomadas as relações com a comunidade internacional (Azevedo-Harman, 2014).

Nesse contexto de fragilidade, o sector WASH continua a ser dependente da ajuda dos doadores, a qual, porém, segundo um estudo realizado em 2012 pela consultora *ALAnet Global*, revela ser pouco eficaz, existindo um contexto (nos 10 anos anteriores a 2012) de “ajuda exterior fragmentada em projetos, cuja sustentabilidade é prejudicada pela incapacidade das instituições nacionais para realizar uma verdadeira abordagem sectorial” e agravada por uma “baixa apropriação pela população das infraestruturas realizadas e a sua rápida degradação” (ALAnet Global, 2012, p. 8).

A situação da difusão do acesso à água e ao saneamento no país, em 2012, foi considerada crítica pela UNICEF. Um terço da população total e metade da população rural não tinham acesso a uma fonte de água melhorada e 80% da população não tinha acesso ao saneamento (UNICEF, 2012). Porém, é importante sublinhar que entre 2000 e 2012 foram feitos alguns progressos (não suficientes para se alcançar ODM 7c), 21% da população total ganhou acesso a uma fonte de água melhorada e 7,5% a saneamento básico (UNICEF/WHO, 2012).

Em 2009, 67,51% fazia uso de poços tradicionais, 17,63% de uma rede de abastecimento, 13,39% da canalização do vizinho, 12,53% de um furo, 2,64% de uma canalização no quintal da habitação, 1,6% de uma canalização no interior da casa e 0,21% de água mineral (ALAnet Global, 2012). Contudo, ao contrário das aparências, a água na Guiné Bissau não é escassa. Os problemas não derivam somente da falta de infraestruturas adequadas, mas também da qualidade dos serviços de distribuição e principalmente da própria qualidade da água, a qual muito frequentemente é contaminada ou salgada (ALAnet Global, 2012).

### *2.2.1 As instituições no sector WASH e os modelos de gestão local*

As bases legais do sector WASH são definidas no Código das Águas, que reconhece a propriedade pública da água, não excluindo a possibilidade de gestão dos serviços por parte de diferentes entidades (República da Guiné Bissau, 1992). Este documento identifica as instituições responsáveis pela gestão dos recursos hídricos no país, regulamentando as intervenções dos diferentes atores do sector da água e do saneamento (TESE, 2013).

Os principais responsáveis a nível nacional pela gestão dos recursos hídricos, do abastecimento de água potável e do saneamento urbano são o Ministério da Indústria, Energia e Recursos Naturais (MEIRN) e a Direção Geral dos Recursos Hídricos



(DGRH). Esta última, preside ao Grupo de trabalho sobre a Água e o Saneamento (GAS) um fórum nacional para o qual contribuem também a UNICEF e as ONGDs mais importantes do sector, com a finalidade de coordenar o sector a nível nacional (TESE, 2012).

A nível semiurbano<sup>16</sup> encontram-se principalmente modelos de gestão da água de base associativa. Este é o caso de Bafatá. Em 2006 a gestão das águas foi concessionada informalmente à ONG local Associação de Saneamento Básico, Proteção da Água e Ambiente de Bafatá (ASPAAB), a qual aplicava um sistema tarifário em escalões (não contabilizando a água).

A autoridade local presente no território, a Direção Regional dos Recursos Hídricos (DRRH), que mantinha a propriedade das infraestruturas, não conseguia integrar as suas responsabilidades com as da ASPAAB, não conseguindo receber a cobrança dos 10% referentes à exploração das receitas da água e manteve as relações com a ASPAAB a nível informal (ALAnet Global, 2012).

#### 2.2.2. *A GIRH e as políticas de cooperação para o desenvolvimento*

Ao longo das últimas duas décadas foram tomadas várias iniciativas a nível político para a integração dos princípios de GIRH e, depois de 2000, para o atingimento dos ODM no setor da água e do saneamento.

Em 1997, os esforços feitos pelo governo em conjunto com o PNUD para a integração de princípios de GIRH no Plano Diretor de Abastecimento de Água e Saneamento (PDAAS)<sup>17</sup>, foram frustrados pela instabilidade política (ALAnet Global, 2012).

Através da adoção do Documento de Estratégia para a Redução da Pobreza (DENARP), em 2006, foi declarado o objetivo de melhorar o acesso à água potável e ao saneamento nas comunidades urbanas e rurais.

Em 2010, com o apoio do PNUD e da CE, foi finalizado o PDAAS para a década de 2010-2020, estabelecendo como objetivos o aumento da taxa de acesso à água potável de 40% para 65% e aumento de 22% para 61% do saneamento melhorado até 2015. No mesmo período, e com o intuito de contribuir para a atualização do PDAAS, foi elaborado um roteiro para a transição à GIRH (TESE, 2013).

A elaboração do segundo DENARP (II) para o período 2011-2015, no que diz respeito o sector WASH esteve em linha com estes objetivos. Entre as prioridades encontram-se: (i) a expansão das capacidades para a produção, tratamento e controlo da

---

<sup>16</sup> De forma a preparar o terreno para o caso de estudo será analisado somente o nível semiurbano.

<sup>17</sup> Que desde 1991 definia a estratégia para a melhoria das condições do sector WASH na GB.

qualidade da água; (ii) a construção de 3291 pontos de água a nível nacional, principalmente nas áreas mais necessitadas, até 2015; (iii) a construção de 125078 latrinas em todo o país; (iv) o reforço das capacidades de gestão das entidades ligadas à água; (v) o estabelecimento de parcerias entre as autoridades, ONGs e as comunidades no sector WASH (International Monetary Fund, 2011).

A aplicação do DENARP II, depois de um bom começo, foi interrompida após o golpe em Abril 2012 (African Economic Outlook, 2014).

Na última década, através da elaboração dos instrumentos institucionais, foi traçado o percurso para o desenvolvimento do sector. Contudo, permanecem constrangimentos que ameaçam o caminho para o atingimento dos ODM e a integração dos princípios de GIRH. O mais evidente é a instabilidade política, a qual frustra qualquer esforço de organização institucional. Entre os constrangimentos evidenciados em 2007 pelo PNUD encontramos: fundos limitados; incapacidade em monitorizar e avaliar os recursos; insuficiente capital humano para lidar com assuntos institucionais e legais, resolver conflitos e problemas de sobreposição jurisdicional; falta de instalações de armazenamento e distribuição (UNEP-DHI, 2007).

Relativamente ao caminho para o cumprimento da meta 7c, é necessário observar se as boas intenções políticas são confirmadas por ações concretas. O sector WASH não gera receitas suficientes para efetuar investimentos em infraestruturas e manutenção a partir das suas poupanças, desta forma, torna-se necessário recorrer à despesa pública (ALAnet Global, 2012), a qual, como vimos é irregular devido à forte condição de vulnerabilidade externa e interna (African Economic Outlook, 2013).

Assim, o apoio dos doadores à despesa pública torna-se fundamental para se alcançarem os objetivos no sector WASH. Tendo em conta as problemáticas levantadas no primeiro capítulo acerca da imprevisibilidade da ajuda por parte dos doadores, e tendo em conta a condicionalidade da ajuda ligada à estabilidade política, é possível deduzir que os objetivos do PDAAS e do DENARP II possam ser difíceis de ser alcançados.

### *2.2.3. As ONGDs presentes no território*

A cooperação efetuada pelas ONGDs no território guineense tem uma importante função de apoio à difusão dos princípios de GIRH e para o cumprimento dos ODM.

Principalmente num EF como o da GB, onde as relações com o Governo são instáveis a cooperação a nível micro é fundamental. De facto, as ONGDs, trabalhando no território,

estão em estrito contato com o tecido societário e com os atores (formais e informais), podendo manter relações estáveis apesar das mudanças dos governos.

Por essa e outras razões, o panorama das ONGs e dos doadores no sector da água na Guiné Bissau é diverso. Para enriquecer a descrição do contexto do estudo de caso, será interessante resumir os principais projetos realizados na primeira década de 2000 no sector da água a nível semiurbano. Entre estes se destacam: o projeto implementado pela ONG holandesa SNV para a realização de 7 sistemas térmicos de bombeamento de água em Mansoa; o projeto da AFD (cooperação francesa) para a reabilitação de 5 sistemas de abastecimento de água em Cachéu; a realização do Programa Regional Solar I (PRSI) e (PRSII) da UE. O PRSI incluiu as regiões de Bafatá, Gabú, Oio e Tombali e permitiu a realização de 31 sistemas fotovoltaicos de bombeamento de água profunda. O PRSII, prosseguindo o caminho traçado pelo precedente programa nas mesmas regiões, permitiu a realização de 30 novos sistemas (ALAnet Global, 2012).

Em suma, o caminho para a melhoria das condições do sector WASH e para a integração dos princípios de GIRH na GB resulta ser complicado, não obstante os compromissos políticos tomados, a forte instabilidade tornou os progressos inconsistentes. O trabalho das ONGDs no território resulta fundamental uma vez que a APD prestada pela comunidade internacional é inconstante.

### **3. ESTUDO DE CASO: A ONGD TESE E O ACESSO À ÁGUA EM BAFATÁ**

#### **3.1. A TESE – Associação Para o Desenvolvimento e a Cooperação Internacional**

Foi na primeira década de 2000 que a *TESE – Associação para o Desenvolvimento pela Tecnologia, Engenharia, Saúde e Educação* deu os seus primeiros passos.

O grupo fundador (em 2002) procurou criar uma organização que trabalhasse quatro áreas específicas: tecnologia, engenharia, saúde e educação em Portugal e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). A decisão de atuar nestas áreas estava estritamente ligada à visão diferenciadora dos seus fundadores<sup>18</sup>, que quiseram uma ONGD com um forte compromisso de profissionalismo e que capitalizasse os seus conhecimentos na prestação de serviços de consultoria a outras entidades.

---

<sup>18</sup> Em Portugal era limitada a intervenção das ONGDs em projetos de CD no sector WASH (Sara Dourado, Entrevista).

Tais serviços consistem em intervenções de assistência técnica para o reforço mútuo de capacidades, para o desenvolvimento de políticas públicas e produção de conhecimento. Estas permitem à organização melhorar as competências técnicas no domínio das intervenções e obter receitas para cofinanciar os projetos de CD e o seu próprio funcionamento. (Henrique Gomes & Nuno Frazão, Entrevista).

A decisão de atuar no sector WASH remonta à sua origem, estando estritamente ligada à formação académica (engenharia ambiental) do grupo fundador e às prioridades identificadas no espaço lusófono (Nuno Frazão, Entrevista). Contudo, até 2005 o foco da organização não ressaltava de forma clara. As áreas de intervenção variavam entre a cooperação para o desenvolvimento, a educação e formação para o desenvolvimento; a informação nas áreas da saúde pública; a investigação nas áreas das energias renováveis, engenharia sanitária e de sistemas de informação geográfica; mas também a assistência psicológica e sociológica, o voluntariado social em defesa dos direitos humanos, a assistência humanitária e a ajuda de emergência (TESE, 2005). Só a partir de 2006, graças a um processo de consolidação interna, foram delineados de forma clara os domínios em que a TESE pretendia efetuar as suas intervenções (TESE, 2007).

No âmbito internacional, foram definidos como sectores estratégicos a Água, o Saneamento, a Energia (Renovável), a Agricultura e a Tecnologia para o programa Engenheiros Sem Fronteiras (ESF). Esse foi o período em que a TESE expandiu o seu âmbito de ação também em Portugal, onde atualmente é ativa nas áreas da capacitação do sector social, do emprego jovem, da responsabilidade social das empresas e dos negócios sociais.

### *3.1.1. Os primeiros passos da TESE no sector WASH*

A colaboração com o grupo Águas de Portugal (AdP) foi um importante marco na aquisição e reforço das competências técnicas da organização no sector WASH. Esta parceria, que se prolonga desde a origem da organização se traduziu numa maior eficiência, eficácia e qualidade das intervenções (Nuno Frazão, Entrevista).

A experiência madurada no campo tem origem principalmente nos serviços de consultoria realizados no período entre 2004 e 2006, e num projeto de CD realizado, em 2007, em parceria com o Instituto Marquês de Valle Flor (IMVF) (entidade promotora) (João Rabaça, Entrevista). O projeto: “Gestão Comunitária de Chafarizes na Comuna de Tala Hadi, Bairro de Vila da Mata, Angola”, financiado pela CE, pretendia intervir no modelo de gestão comunitária de chafarizes.

Ambos eram focados sobre a melhoria das práticas de gestão das águas, tendo principalmente em consideração as melhores práticas internacionais sobre a manutenção das infraestruturas, a recuperação dos custos do serviço de abastecimento e a gestão das relações com os diferentes *stakeholders* no sector da água, sobretudo os “informais”.

Em 2008 a TESE implementou, pela primeira vez na figura de promotor/requerente, um projeto (ainda relativamente pequeno) de CD no setor do abastecimento de Água, cofinanciado pelo então Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD): “Abastecimento de Água e Capacitação Técnica no Município Quiculungo, na Província do Kwanza Norte”.

A intervenção nessa região (rural) não estava ligada a um plano estratégico específico, mas sim a uma visão de crescimento organizacional, conjugada com uma ocasião pontual que resultou da presença da TESE em Angola em resultado do projeto na Comuna de Tala Hadi, tendo sido a TESE solicitada para intervir na zona pela Direção Provincial de Energia e Águas do Kwanza Norte (Henrique Gomes, Entrevista). Contudo, o cariz rural da área ia de encontro com os critérios de intervenção da TESE, sendo que eram preferidos contextos rurais ou semiurbanos para ter um maior controlo sobre os processos de desenvolvimento e consequentemente maior impacto (João Rabaça, Entrevista).

Podem-se ressaltar três resultados esperados: (1) a criação e a capacitação de um Grupo de Água e Saneamento (GAS), organização comunitária com a tarefa de gerir o serviço de abastecimento de água da comunidade; (2) a reabilitação e realização de novas infraestruturas de abastecimento de água; (3) consciencialização da população para a utilização equilibrada dos recursos hídricos e para práticas adequadas de higiene sanitária (TESE, 2009).

A experiência no terreno e os conhecimentos técnicos sobre a gestão dos serviços de água em ambiente rural e periurbano, desenvolvimento e mobilização comunitária adquiridos com a realização dos serviços e do último projeto, estiveram na base da elaboração destes resultados esperados (João Rabaça, Entrevista).

A definição do modelo de gestão, encontrada de forma participativa com os *stakeholders* e a sucessiva capacitação destes últimos é fundamental para assegurar a sustentabilidade dos serviços. A realização de infraestruturas (*hardware*) é acompanhada por ações de sensibilização sobre a utilização dos recursos e as práticas de higiene (*software*). Estas últimas são entendidas como um complemento fundamental para a durabilidade dos impactos positivos da intervenção (Henrique Gomes, Entrevista).

No caso de Quiculungo foi identificado um modelo de gestão comunitário e foi criado um grupo (GAS) representante a comunidade e elo de ligação com as autoridades estatais. Entre as competências do GAS encontra-se a manutenção das infraestruturas e o cuidado diário das mesmas. Para financiar estas pequenas intervenções foi prevista uma contribuição mensal das famílias, de forma a constituir um fundo de maneo (TESE, 2009).

Não obstante a curta duração do projeto<sup>19</sup>, a intervenção beneficiou a inteira população (100%), sendo que os habitantes das vilas obtiveram o “acesso a água segura a menos de 10 minutos” (TESE, 2009).

Tais experiências foram fundamentais para que a TESE pudesse ganhar as competências que estiveram na base da aprovação em 2009 do projeto “Bafatá *Misti Iagu*”. Até 2013, verificou-se uma evolução que transformou uma ONGD jovem, com uma organização interna frágil e pouco envolvida nas questões políticas, numa organização bem estruturada e atenta às dinâmicas políticas da cooperação para o desenvolvimento (João Rabaça, Entrevista).

### **3.2. A TESE na Guiné Bissau: o caso de Bafatá**

A presença da TESE na Guiné Bissau (GB) deve-se principalmente à missão: “Identificação e formulação de projecto no sector da água e saneamento em Bafatá, Guiné-Bissau” realizada em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) em 2008 (TESE, 2008).

O objetivo da missão era a identificação e formulação de um projeto no sector da água em Bafatá (GB), de forma a ser submetido para a linha de financiamento Facilidade para a Água do Banco Africano de Desenvolvimento. Pretendia-se contribuir para o desenvolvimento do sector da água e do saneamento não de forma isolada e pontual, mas sim de forma estratégica, integrando-se com as outras iniciativas em curso, e de forma dinâmica, visando promover impactos positivos sobre os outros sectores. Para garantir a complementaridade da ação e identificar as prioridades de intervenção, foram reunidos os principais *stakeholders* do sector.

A TESE demonstrava a vontade de estar em linha com o percurso de adoção do PDAAS por parte das Autoridades Locais (AuL) (não obstante na altura estar já parado), querendo contribuir através da recolha de informação sobre o sector da água na região de Bafatá e assumindo para o projeto as linhas orientadoras dos documentos em

---

<sup>19</sup> Março 2008 - Abril 2009.

vigor. Para além disto, demonstrava querer integrar e desenvolver os resultados obtidos através do PRSI e PRSII.

O projeto elaborado na altura não obteve o financiamento previsto, porém, o estudo esteve na base da elaboração e aprovação de dois importantes projetos realizados pela TESE na Guiné Bissau, o “Luz Bin”, projeto no sector das energias renováveis (aprovado pelo IPAD em 2008) e “Bafatá *Misti Iagu*”, projeto no sector da água e do saneamento (aprovado pelo IPAD e pela Delegação da CE na GB em 2009) (Henrique Gomes, Entrevista).

### 3.2.1. *Bafatá Misti Iagu (BMI)*

BMI, realizado na cidade de Bafatá entre 01/2010 e 06/2012, foi o segundo projeto implementado como promotor/requerente pela TESE no sector WASH e o primeiro em que a principal entidade financiadora é a CE, tendo sido ainda cofinanciado pelo IPAD e pela FCG<sup>20</sup>. Este projecto assume claramente uma opção estratégica, diferenciando-o do anterior realizado na Província do Kwanza Norte, em Angola.

A missão efetuada em 2008 com o apoio da FCG foi importante para a identificação de financiadores. Entre os atores presentes encontrava-se a delegação da CE na GB, a qual apresentou a linha de financiamento “Atores não Estatais e Autoridades Locais” destinada a ONGDs e AuL (TESE, 2008). Esta linha (instrumento temático) não se refere explicitamente às questões da água e do saneamento, mas faz parte do IDC, o qual assume na base os princípios da FA. A TESE decidiu concorrer e obteve o financiamento em 2009.

As linhas orientadoras da CfP inseriam-se num programa cujo objetivo era “fortalecer a capacidade das organizações da sociedade civil e das autoridades locais” (Delegação da CE na Guiné Bissau, 2009). Entre as ações elegíveis encontravam-se: (1) a melhoria do acesso aos serviços sociais de base, através de uma maior eficácia e eficiência na entrega dos serviços por parte dos Atores Não Estatais (ANE), incluindo a água e o saneamento; (2) a promoção de boas práticas de associativismo e através de ações que promovessem o aumento da capacidade dos cidadãos e das suas organizações (Delegação da CE na Guiné Bissau, 2009).

A candidatura para o financiamento foi elaborada no pleno respeito das orientações presentes na CfP, mas a proposta da TESE não deixa de ter as suas particularidades.

---

<sup>20</sup> Inicialmente era previsto o cofinanciamento por parte do MEIRN, o qual no decorrer do projeto não teve condições para manter o compromisso.

### *3.2.1.1. A Proposta da TESE no contexto das problemáticas existentes em Bafatá*

Com uma população de 31.125 habitantes (em 2009) a cidade da Bafatá é considerada a segunda cidade do país (TESE-CE, 2009). Antes da intervenção, de acordo com as informações dos Atores Locais (AL), 80% da população não tinha acesso a uma fonte de água segura e 85% a saneamento básico. A principal fonte de água disponível era o poço convencional (68,51%), seguida pelo fontenário (37,24%), pela nascente (6,80%), por outras fontes com (1,76%) e por último pelo poço melhorado, o qual cobria só 0,25% da população (TESE, 2010, Estudo).

Esta situação proporcionava um quadro insustentável do ponto de vista económico, ambiental e humano, sendo que os poços não protegidos constituem uma fonte de água potencialmente não segura e os furos e as nascentes dependiam de motobombas a gasóleo, que proporcionam grandes custos económicos e custos ambientais. O estado de degradação da rede de abastecimento, armazenamento e distribuição impossibilitava um modelo de gestão sustentável do recurso.

Tudo isto contribuía para a fraca qualidade de vida da população tendo impacto na área da saúde, da educação e mais em geral do funcionamento das instituições.

A gestão do serviço de abastecimento de água era efetuada de forma comunitária pela ASPAAB, tendo sido reconhecida como responsável pelo Governo da Guiné Bissau (GdGB). Porém, a ASPAAB encontrava dificuldades de gestão, não conseguindo recuperar os custos do serviço e não podendo investir na manutenção e melhoria das infraestruturas. Na base dos problemas identificados pela TESE encontrava-se acima de tudo a insustentabilidade do modelo de gestão do abastecimento de água (TESE, 2009).

De forma a responder aos problemas identificados, e contribuir para o cumprimento dos ODMs (objetivo geral), foi definido o objetivo específico de aumentar o acesso sustentável à fonte melhorada de água.

A TESE elaborou quatro resultados esperados: (1) a **otimização do modelo de gestão** do abastecimento de água de forma a garantir o acesso a 21.800 habitantes (70% da população)<sup>21</sup> (Silva & Rocha, 2012). Entre as atividades realizadas para atingir este resultado ressaltam: a definição de forma participativa do papel e das responsabilidades dos AL no sector da água (ASPAAB, DRRH-B), a redefinição do modelo e do valor de contribuição (na ótica da recuperação parcial dos custos do serviço) dos utilizadores dos fontenários, baseando-se também sobre a realização de um estudo sobre a

---

<sup>21</sup> Este resultado foi redefinido sucessivamente para 12,980 habitantes, 42% da população.



disponibilidade e capacidade da população para pagar os serviços. (2) A **capacitação** dos AL com vista ao apoio continuado na implementação do modelo melhorado de gestão do abastecimento, à operação e manutenção e ao controlo da qualidade da água. (3) A **reabilitação e realização de infraestruturas** de abastecimento e distribuição de água. A decisão de implementar sistemas de bombagem de água com recurso a geradores fotovoltaicos, justificada pela maior sustentabilidade financeira e ambiental em respeito aos sistemas a gasóleo, tem em consideração os resultados obtidos pelo PRSI e PRSII, e portanto pela disponibilidade da tecnologia e de técnicos de manutenção qualificados no terreno. Esta opção assenta no crescente investimento que a TESE tem feito nas Energias Renováveis (ER), consideradas como um meio para atingir um fim (Sara Dourado, Entrevista). Neste caso para atingir uma maior sustentabilidade no acesso à água. (4) A realização de uma campanha de **sensibilização** sobre os temas da educação ambiental, da higiene e para a difusão do princípio do consumidor-pagador (TESE, 2012).

Neste caso, não foram realizadas ações destinadas à construção de infraestruturas na área do saneamento. Contudo, o relatório da missão realizada em 2008 reconhecia a importância do saneamento afirmando: “Apesar de o saneamento não ter surgido como prioridade pelos parceiros consideramos necessário implementar infra-estruturas de saneamento garantindo uma abordagem integrada [...]” (TESE, 2008). Esta escolha pode ser justificada pela prioridade identificada pelos atores locais *vis-à-vis* a necessidade de racionalização dos recursos financeiros disponíveis, sendo que a realização de infraestruturas de saneamento teria superado os limites orçamentais impostos pela CE (Henrique Gomes, Entrevista).

Tal como foi observado no primeiro projeto, podemos identificar alguns elementos recorrentes na definição dos resultados: a elaboração participativa do modelo de gestão, que é de tipo comunitário, a capacitação e a assistência técnica dos AL, a reabilitação e realização de infraestruturas, acompanhadas pela realização de campanhas de sensibilização.

Como confirmado nas entrevistas efetuadas aos membros da organização, é legítimo considerar a recorrência destes elementos como um padrão de intervenção, que tem o objetivo de alcançar a sustentabilidade das infraestruturas nas suas diferentes dimensões: económica, social e ambiental (Henrique Gomes, Entrevista).

O modelo de gestão promovido em Bafatá insere-se na lógica de devolução de responsabilidades do Governo a favor das Associações Comunitárias (AC), onde a existência de taxas de exploração deveriam garantir os custos de fiscalização por parte

do Estado e onde os custos de operação e manutenção enfrentados pelas AC são garantidos pela tarifação dos serviços. Esta lógica estava em linha com a estratégia de implementação do PDAAS, que previa: o estabelecimento de estruturas descentralizadas de gestão, a prestação de serviços adaptados à evolução da procura, a eficiência, a qualidade dos serviços e a autonomia financeira do sector em termos de planificação, execução e gestão das infraestruturas (TESE, 2010, Manual).

É necessário observar que o modelo de gestão proposto pela TESE não tem de ser necessariamente de tipo comunitário, sendo que em cada contexto é feita a análise do melhor modelo de gestão ao nível dos atores mais aptos, tendo em consideração o papel que o Estado e os AL podem ter (Henrique Gomes, Entrevista).

Dado o contexto de escassa capacidade de financiamento por parte do GdGB e de insustentabilidade económica por parte do serviço gerido pela ASPAAB, foram introduzidas medidas de gestão da procura, através da tarifação do serviço de abastecimento com base na medição dos volumes consumidos.

#### *3.2.1.2. Os resultados e as dificuldades*

No final do projeto 7.816 habitantes (25%) obtiveram acesso diário a uma fonte de água melhorada<sup>22</sup> (TESE, 2012). Não obstante a avaliação final ter registado o não cumprimento das previsões iniciais (21.800 – 42%), este resultado intermédio foi considerado muito satisfatório (Silva & Rocha, 2012).

A continuidade do serviço conseguida foi de 7 dias/semana (numa média de 7 horas e 30 minutos por dia). O limite horário é imposto pelos limites estruturais do sistema o qual se baseia sobre uma bombagem solar, não tem uma capacidade de armazenamento suficiente e necessita de ulteriores investimentos para a sua expansão (Henrique Gomes, Entrevista).

Segundo a avaliação o processo de capacitação da ASPAAB revelou-se eficaz. No final do projeto a organização geria de forma autónoma o serviço de abastecimento de água, gerando receitas para garantir (em parte substancial) a operação e manutenção. Contudo, a sustentabilidade económica estava exposta a um potencial fonte de risco, dada a necessidade de reforços dos fundos de maneio da associação (Silva & Rocha, 2012).

Considerando o contexto, as ações no seu complexo foram consideradas decisivas para se alcançar o objetivo específico do projeto (Silva & Rocha, 2012). De facto, na

---

<sup>22</sup> Devido aos limites impostos pela infraestrutura (não continuidade da pressão da água), para ser potável a água precisa de ser tratada a nível doméstico.

análise dos resultados é necessário ter em consideração o contexto da intervenção e nos limites estruturais próprios de um EF, entre estes a limitada capacidade institucional e a instabilidade política. A primeira resultou da generalizada falta de quadros qualificados e motivados em todos os níveis de Governo. A segunda teve a sua máxima expressão no golpe de 2012, o qual não afetou diretamente as operações em curso, mas teve resultados indiretos negativos. O não reconhecimento por parte da UE do governo indigitado a seguir ao golpe e a suspensão dos fluxos de dinheiro para o governo, afetou indiretamente o decorrer das operações, sendo exemplo a suspensão do pagamento ao Delegado Regional de Recursos Hídricos de Bafatá pelo seu destacamento para a fiscalização das obras. A TESE continuou ainda assim a trabalhar com o Estado de forma limitada, sendo afetada contudo a capacidade de relacionamento com as autoridades que tutelam o sector na Guiné Bissau (Henrique Gomes, Entrevista).

No final do projeto considerou-se que, não obstante a ASPAAB ter desenvolvido competências adequadas de gestão, as condições para a saída dos parceiros internacionais ainda não estavam reunidas. Na base dos bons resultados alcançados (mas não suficientes) foi realizada a candidatura à CE para a extensão do projeto via “Bafatá *Misti Mas Iagu*” (BMMI). Com este projeto, implementado desde 2012 e atualmente em curso, a TESE entende dar continuidade e maximizar os resultados do projeto BMI (TESE, 2014).

### **3.3. As orientações no sector WASH: a CE e a TESE em comparação**

A CfP à qual concorreu a TESE em 2009 não incluía orientações específicas sobre o sector da água e a definição dos objetivos, dos resultados esperados, das atividades e mais em geral da abordagem, não estava sujeita aos critérios de elegibilidade da CE no sector WASH. Porém, é interessante notar uma certa aproximação entre as orientações à base da FA e os projetos realizados<sup>23</sup>.

Os objetivos da organização estão em linha com os da comunidade internacional e da CE, principalmente no que diz respeito o cumprimento dos ODM da redução da pobreza através da melhoria do acesso aos serviços, atingido através de uma boa gestão dos recursos hídricos e do saneamento. Em relação a este último, não obstante a CE ter recentemente aumentado a ênfase sobre as necessidades de intervenção, é evidente que a TESE não o tenha até agora privilegiado.

Relativamente às ações promovidas, encontra-se uma alta coincidência entre as ações incluídas no padrão de intervenção da TESE e aquelas promovidas pela CE. As

---

<sup>23</sup> Ver Anexo B.

ações da TESE englobam quer uma **componente infraestrutural** (I) (construção e reabilitação de infraestruturas, implementação de medidas de prevenção da poluição e proteção da água), quer medidas direcionadas à melhoria da **gestão dos recursos** (II) (de forma a garantir a durabilidade da intervenção). Neste segundo grupo foram realizadas:

- (1) Ações de sensibilização para a utilização correta dos recursos e educação para a higiene e tratamento da água a nível doméstico;
- (2) Ações de reforço e gestão das instituições no sector da água, finalizadas ao reforço das capacidades para a operacionalização e a manutenção dos sistemas;
- (3) Ações de gestão através da procura, assumindo que os serviços de abastecimento de água possuem um valor económico, planeando a extensão segundo a procura e as capacidades económicas da população (mas nunca de forma a impedir o acesso á água de fonte segura para aqueles que não podem pagar) e introduzindo medidas de proteção da poluição;

A este propósito é importante notar que no primeiro projeto (em Angola) não foram implementadas medidas de gestão da procura. Esta não era uma solução viável num contexto rural onde até a contribuição mensal definida face às condicionantes socioeconómicas da população era aceite com alguma dificuldade. Outra questão tem a ver com o país de implementação. O Governo Angolano (GA), que está a aumentar os investimentos para o acesso aos serviços (African Economic Outlook, 2014), tem maior capacidade de investimento público comparativamente com o GdGB, onde os investimentos públicos ficaram afetados pela crise económica (African Economic Outlook, 2014) e não tem capacidade de intervenção caso haja necessidade de manutenção das infraestruturas. Neste caso, a tarifação do serviço por parte da associação comunitária é essencial para a sustentabilidade económica do sistema (Henrique Gomes, Entrevista). Dito isto, é possível compreender que por parte da TESE não há uma cega aplicação do princípio de gestão da procura, mas sim uma identificação prévia do contexto e das suas necessidades;

- (4) Expansão da base de conhecimentos sobre a gestão dos serviços;
- (5) Coordenação entre os doadores e as organizações presentes no território (tendo em consideração o trabalho preparatório na origem do projeto BMI).

Relativamente à evolução das orientações expressas pelas CfP da FA, pode-se encontrar uma afinidade de visão principalmente no que diz respeito à sustentabilidade e à durabilidade dos efeitos das intervenções e a consequente apropriação dos resultados por parte das populações, e no que diz respeito à extensão dos projetos bem-sucedidos (como aconteceu no caso do BMMI).

Em conclusão, destaca-se a afinidade entre a CE e a TESE sobre princípios chave de acesso e gestão. Relativamente ao **modelo de gestão** proposto, resumindo a visão da CE, pode-se afirmar que esta propõe a integração dos princípios GIRH em todos os níveis de responsabilidade não deixando de sublinhar a importância da gestão comunitária a nível local, sobretudo nas localidades mais desfavorecidas.

A cooperação e pressão a nível institucional para apoiar o Governo a implementar medidas de GIRH a escala nacional não é uma prática à medida da uma ONGD de pequenas dimensões, a qual age a nível micro e não macro<sup>24</sup>. Dada a condição de presente fragilidade das instituições na GB e dada a não aplicação do roteiro para a integração da GIRH a nível nacional, a TESE não pode integrar de forma isolada nas suas ações os princípios de GIRH.

Atualmente o modelo de gestão comunitária é visto como única opção viável numa situação de fragilidade institucional a nível central. De qualquer forma, a TESE não deixa de sublinhar a importância do papel do Estado, o qual pode garantir de forma melhor o controlo da qualidade da água, a equidade dos preços do serviço, garantindo também a sua acessibilidade (Henrique Gomes, Entrevista). Esta abordagem vai de encontro à visão da Oxfam, que valoriza a gestão por parte das organizações da sociedade civil, só se inserida num quadro de regulação e integração com o Estado.

No que diz respeito ao conceito de **equidade** a CE sugere a opção de meio caminho entre a equidade no acesso e a viabilidade económica. A TESE (2010, Manual), relativamente à definição da tarifa para os serviços de abastecimento, afirma a necessidade de privilegiar os critérios de equidade e justiça, em detrimento da eficiência económica, isto, considerando a desejável existência de subsídios cruzados entre as categorias de consumidores.

A questão dos **direitos humanos**, e do direito humano à água, é negligenciada nas orientações da CE. A TESE não tem uma abordagem explicitamente baseada em direitos, mas adota ações que vão no sentido de assegurar um abastecimento de água de qualidade mínima, de custo módico e acessível. No caso do BMI, a promoção dos direitos humanos não foi incluída dentro dos objetivos, e se bem que as suas ações não

---

<sup>24</sup> Como vimos esse tipo de cooperação na GB está a ser direcionada sobretudo pelo PNUD, com apoio financeiro da CE.

fossem prejudiciais para os direitos dos habitantes, não foi realizada nenhuma análise sobre a possível discriminação dos grupos vulneráveis (TESE, 2012). A sensibilização sobre o direito humano à água, com o objetivo de efetuar uma pressão indireta sobre o GdGB, não é promovida abertamente. Porém, é necessário reconhecer que a capacitação da ASPAAB tem dado transversalmente os seus frutos através do aumento da capacidade de pressão da organização sobre o governo (Henrique Gomes, Entrevista).

A inclusão das **questões de género** nos projetos faz parte das orientações da CE. A TESE demonstrou querer manter nas várias fases do projeto uma abordagem baseada sobre a igualdade de género, identificando entre os objetivos o da libertação da mulher da “penosa” tarefa de recolha da água, tentando assegurar a participação das mesmas nas atividades e incluindo indicadores de controlo sobre a inclusão das mulheres. Contudo, segundo a avaliação ROM reportada no relatório final do projeto BMI, a probabilidade que o projeto contribuisse diretamente para a igualdade de género era fraca, não sendo considerados devidamente os “aspetos estratégicos da questão de género” e não tendo sido efetuada uma “planificação baseada sobre uma análise diferenciada por género dos beneficiários” (TESE, 2012).

Relativamente às questões de **qualidade do serviço**, a CE, não obstante tenha havido alguma evolução, mantém uma abordagem baseada principalmente sobre a expansão do acesso, não aprofundando as questões da fiabilidade e nível dos serviços, dos custos reais de acesso e da distribuição.

Pelo contrário, as questões da qualidade dos serviços e da água têm uma importante valência nas ações da TESE. A finalidade do projeto BMI era (entre outras) proporcionar um acesso sustentável à água de qualidade, mantendo o serviço sem interrupções. Dados os limites infraestruturais, é atualmente impossível o fornecimento de água sem interrupções. Contudo, é interessante notar a vontade de concentrar os esforços do projeto BMMI para garantir uma melhor qualidade do serviço expandindo a rede sem prejudicar esta última (Gomes, Entrevista).

A novidade introduzida no BMI é a diferenciação entre os níveis de serviço proporcionados aos habitantes: doméstico, fontenários públicos, comercial e institucional. As ligações domésticas tenderão a ser realizadas seguindo o critério da disponibilidade para pagar. Foi assim inserida uma lógica comercial na distribuição do acesso aos diferentes níveis de serviço, garantindo, contudo, o acesso a uma água de equivalente qualidade através dos fontenários.

Em linha com a CE, de forma a garantir a sustentabilidade ambiental e económica, foi aplicado o princípio da **tarifação** dos serviços, considerando, na definição do preço,

as questões de acessibilidade pelos consumidores mais pobres e a viabilidade da gestão. Através do estudo socioeconómico e de disponibilidade para pagar realizado no início do projeto foram determinadas as bases para uma política tarifária adequada à condição socioeconómica da população e foram identificadas as áreas com maior procura por determinado nível de serviço (TESE, 2012).

A **propriedade** dos recursos hídricos continua a ser do Estado, que contudo pode optar por concessionar a responsabilidade da gestão dos serviços nos pequenos centros urbanos. A TESE reconhece o valor público dos serviços de abastecimento, acreditando num papel ativo por parte do Estado na gestão e na tutela dos serviços. Contudo, dada a situação de fragilidade das instituições públicas e utilizando uma abordagem pragmática, tem privilegiado formas de gestão comunitária já em vigor, trabalhando no reforço das competências e papel das instituições do Estado.

Finalmente pode-se observar uma integração entre os princípios **ambientais**, **tecnológicos** e de **educação** ambiental, finalizados à sustentabilidade dos resultados do projeto. A escolha da tecnologia de bombagem teve em consideração a capacidade local, proporcionando um acesso mais sustentável do ponto de vista económico e ambiental.

## CONCLUSÃO

Ao longo da última década, desde o nascimento da TESE até hoje, verificou-se uma evolução substancial da organização, que passou a ter uma estrutura estável e objetivos bem definidos. Do ponto de vista das ações no sector WASH, através da realização dos serviços e dos primeiros projetos foi definido um modelo de intervenção próprio à organização.

Com a realização do projeto BMI e do sucessivo BMMI verifica-se a definição de uma estratégia de cooperação, existindo um fio condutor entre os projetos. O projeto BMI não surgiu pela abertura de uma linha de financiamento, mas sim pela identificação das necessidades e das oportunidades de cooperação em Bafatá, numa ótica de complementaridade e de integração com as outras iniciativas em curso.

Ainda mais relevante para dar resposta à pergunta da investigação, é a comparação das orientações da CfP (não fazendo parte da FA) à qual a TESE respondeu para financiar o projeto BMI e os resultados esperados deste último. De facto, estes últimos não foram definidos para responder às condições de elegibilidade da CfP, mas sim para ter o melhor impacto do ponto de vista da sustentabilidade económica, humana e ambiental. A definição destes resultados deriva de um padrão de intervenção próprio da

TESE, que pode sofrer alterações segundo o contexto e as exigências das linhas de financiamento, mas que na substância não é alterado.

Tendo em conta o observado, pode-se afirmar que a TESE tem uma visão que orienta as suas ações no sector WASH, não limitando-se a aplicar *ipsis verbis* o que é pedido nas CfP da CE. Contudo, como vimos, existe uma boa correspondência nos objetivos e nas boas práticas aprovadas pela CE e a visão e o trabalho da TESE. Na comparação dos objetivos, dos princípios e das ações propostas, pode-se deduzir que, tendo como exemplo a aplicação do princípio da gestão da procura, não há execução das boas práticas reconhecidas internacionalmente sem uma prévia análise do contexto de intervenção.

A fragilidade da situação política e institucional na GB está na origem dos limites e das dificuldades encontradas. A CE não tem uma política de cooperação específica para os EF no sector da água, sendo que, como vimos, a FA é direcionada para os Estados que se encontram num caminho avançado de reformas no sector. Desta forma, em ausência de investimentos institucionais diretos por parte dos doadores, sobretudo nos momentos de maior instabilidade política, a cooperação coordenada das ONGDs torna-se fundamental para ter um impacto positivo no longo prazo, que proporcione uma melhor sustentabilidade do sector. Porém, a falta de coordenação, a insuficiência e a imprevisibilidade da ajuda denunciadas pela Oxfam permanecem um problema real, que afetam, no caso desta última, também o trabalho das próprias ONGDs no território. Assim, se por um lado assistimos ao esforço de complementaridade e integração com as iniciativas existentes no BMI, por outro lado vimos a suspensão da APD por parte da CE após o golpe de 2012, que acabou por prejudicar as operações da TESE no território.

Em conclusão, é necessário reparar que os processos de mudança num EF como o da Guiné Bissau demoram muito tempo em se afirmar, podendo até sofrer interrupções ou recaídas. As ações de cooperação levadas a cabo a nível local por parte das ONGDs são uma parte fundamental do processo de desenvolvimento do sector (e não só), mas os resultados de tais ações ficam vulneráveis se não acompanhados pela melhoria da estabilidade política e da capacidade institucional.



## BIBLIOGRAFIA

- African Economic Outlook, 2013. *Guiné Bissau 2013*, AfDB, OECD, UNDP. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1tMmmlr> [acedido em: 04-2014]
- African Economic Outlook, 2014. *Angola 2014*, AfDB, OECD, UNDP. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/WXq9Sa> [acedido em: 09-2014]
- African Economic Outlook, 2014. *Guiné Bissau 2014*, AfDB, OECD, UNDP. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1sInZTo> [acedido em: 06-2014]
- ALAnet Global, 2012. *Relatório Final: "A análise económica e financeira do sector da água e do saneamento"*. Brussels: CE - Contrato específico nº: 2011 / 275797 – V1. País beneficiário: Guiné-Bissau. Lot 2: Transport and Infrastructures. Reference code: EuropeAid 127054 C SER Multi.
- Azevedo-Harman, E., 2014. *Time for a Fresh Start: Guinea Bissau's Impressive Elections*. Chatham House. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1AJFZ0g> [Acedido em 09-2014].
- COMISSÃO EUROPEIA, 2002. *A gestão das águas na política dos países em desenvolvimento e as prioridades da cooperação para o desenvolvimento da União Europeia*. Bruxellas, 12.03.2002, COM(2002) 132 final. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1rYUGI9> ; Anexo A: <http://bit.ly/1q0pSoI> [acedido em: 03-2014]
- COMISSÃO EUROPEIA, 2004. 9º FED. *Orientações Call for Proposal: "ACP-EU Facilidade para a Água"*. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1BGd5Av> [acedido em: 04-2014]
- COMISSÃO EUROPEIA, 2004. *Comunicação sobre o desenvolvimento futuro da Iniciativa da UE relativa à Água e as modalidades de criação de uma Facilidade para a Água destinada aos países ACP*. Bruxelas, 26.1.2004 COM(2004) 43 final. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1sJd2Rj> [acedido em: 04-2014]
- COMISSÃO EUROPEIA, 2006. 9º FED. *Orientações Call for Proposal: "Facilidade ACP-UE para a Água, 2º convite à apresentação de propostas"*. Ref.: EuropeAid/122979/C/ACT/ACP. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1uMyIuG> [acedido em: 04-2014]
- Delegação da CE na Guiné Bissau, 2009. *Orientações Call for Proposal: "Programa para Actores Não Estatais e Autoridades Locais no Desenvolvimento - Guiné Bissau"*. Ref.: EuropeAid/128139/L/ACT/GW. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1oPSLV6> [acedido em: 05-2014]
- Embaló, B., 2012. Civil–military relations and political order in Guinea-Bissau. *J. of Modern African Studies*, 50(2), pp. 153-281.
- EUROPEAN COMMISSION, 1998. *Towards Sustainable Water Resources Management - A Strategic Approach*. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1hpyIta> [acedido em: 04-2014].

EUROPEAN COMMISSION, 2010. 10<sup>th</sup> EDF. *Call for Proposal Guidelines: "Water, Sanitation and Hygiene Promotion for the Millennium Development Goals"*. Ref.: EuropeAid/132128/C/ACT/Multi. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1m5ToP7> [acedido em: 04-2014]

EUROPEAN COMMISSION, 2010. 10<sup>th</sup> EDF. *Call for Proposal Guidelines: "Partnerships for Capacity Development in the ACP Water & Sanitation Sector"*. Ref.: EuropeAid/129510/C/ACT/Multi. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1y6VtPW> [acedido em: 04-2014]

EUROPEAN COMMISSION, 2011. 10<sup>th</sup> EDF. *Call for Proposal Guidelines: "Promotion of the Millennium Development goals: Sanitation in poor peri-urban and urban areas in ACP Countries"*. Ref.: EuropeAid/129510/C/ACT/Multi. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1wwfFZG> [acedido em: 04-2014]

EUWI, 2012. *The First Ten Years of the European Union Water Initiative 2002-2012*, Brussels: Comissão Europeia. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1uDHiwF> [acedido em: 04-2014]

International Monetary Fund, 2007. *Guinea-Bissau: Poverty Reduction Strategy Paper*. IMF Country Report No. 07/339. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1uAt00Q> [acedido em: 06-2014]

International Monetary Fund, 2011. *Guinea-Bissau: Second Poverty Reduction Strategy Paper*. IMF Country Report No. 11/353. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1y72MHb> [acedido em: 06-2014]

Ndaruhutse et al., 2011. *State-building, Peace-building and Service Delivery in Fragile and Conflict-affected States*. London: Practical Action Consulting, Save the Children, CfBT Education Trust. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/XoVSMT> [acedido em: 06-2014]

Obeng-Odoom, F., 2012. Beyond access to water. *Development in Practice*, Volume 22(Number 8). 1135-1146.

OECD, 2012. *Fragile States 2013: Resource flows and trends in a shifting world*. Dac International Network on Conflict and Fragility. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/RovNKx> [acedido em: 06-2014]

Oxfam International & WaterAid, 2006. *In the Public Interest: Health, Education, and Water and Sanitation for All*. Oxford: Oxfam International. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1wlZivS> [acedido em: 05-2014]

República da Guiné Bissau, 1992. *Código das Águas, Decreto-Lei nº5-A/92. "Boletim Oficial N°37*.

Sangreman, C., Sousa Jr, F., Zeveirino, G. & Barros, M., 2006. *Evolução política recente na Guiné-Bissau: As eleições presidenciais de 2005, Os conflitos, O desenvolvimento, A sociedade civil*. CEsA, Documentos de Trabalho (70). Lisboa, 2006.

Silva, M. & Rocha, S., 2012. *Relatório Final: "Avaliação Ex-Post do projeto BMI – Bafatá Misti Iagu"*. Contrato DCI-NSAPVD/2009/225-76. CE, IPAD, FCG. (Arquivos internos).

Stewart, F. & Brown, G., 2010. *Fragile States*. Oxford: CRISE, Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity. N.3. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1qWNWg1> [acedido em: 06-2014]

TESE, 2005. *Relatório Gestão e Contas 2004*. Lisboa: TESE - Associação para o Desenvolvimento. (Arquivos internos).

TESE, 2007. *Relatório Gestão e Contas 2006*. Lisboa: TESE – Associação para o Desenvolvimento. (Arquivos internos).

TESE, 2007. *Candidatura Projeto: “Abastecimento de Água e Capacitação Técnica no Município Quiculungo, na Província do Kwanza Norte”*. Lisboa: IPAD. (Arquivos internos).

TESE, 2008. *Resultados de Missão: “Identificação e formulação de projecto no sector da água e saneamento em Bafatá, Guiné-Bissau”*. Bafatá: TESE. (Arquivos internos).

TESE, 2009. *Candidatura Projeto: “Bafatá Misti Iagu”*. Programa para Actores Não Estatais e Autoridades Locais no Desenvolvimento. EuropeAid/128139/L/ACT/GW. Bissau: Delegação da CE na Guiné Bissau. (Arquivos internos).

TESE, 2009. *Relatório de execução física: projecto: abastecimento de água e capacitação técnica no município do Quiculungo, Kwanza Norte, Angola*. Lisboa: TESE - Engenheiros Sem Fronteiras. (Arquivos internos).

TESE, 2010. *Estudo de Caracterização Sócio Económica e da Disponibilidade para Pagar por Serviços Melhorados de Água*. Lisboa: TESE. (Arquivos internos).

TESE, 2010. *Manual do modelo de gestão do abastecimento de água na cidade de Bafatá*. Lisboa: TESE. (Arquivos internos).

TESE, 2012. *Relatório Narrativo Final: “Bafatá Misti Iagu, abastecimento e gestão de água à cidade de Bafatá”*. Lisboa: TESE. (Arquivos internos).

TESE, 2013. *Manual: Água, Saneamento e Higiene*. Lisboa: TESE. (Arquivos internos).

TESE, 2014. *Relatório Narrativo Intercalar nº1: “Bafatá Misti Mas Iagu, abastecimento de água à cidade de Bafatá II”*. Lisboa: TESE Sem Fronteiras. (Arquivos Internos).

UNEP-DHI, 2007. *Roadmaps for water management in West Africa: Case studies from The Gambia, Guinea-Bissau and Sierra Leone Development of IWRM Plans*. Hørsholm: UNEP-DHI Centre for Water and Environment . [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1qRa1xS> [acedido em: 06-2014]

UNICEF/WHO, 2014. *Progress on Drinking Water and Sanitation*. Geneva: UNICEF/WHO. [Online] Disponível em: <http://uni.cf/1s3zyWY> [acedido em: 05-2014]

UNICEF, 2012. *Annual Report 2012 for Guinea Bissau*. WCARO. [Online] Disponível em: <http://uni.cf/1uDKXKW> [acedido em: 05-2014]

UNITED NATIONS, 2010. *Resolution adopted by the Human Rights Council: Human rights and access to safe drinking water and sanitation*. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1rZmThO> [acedido em 05-2014].

UNITED NATIONS, 2012. *Outcome of the Conference: The Future We Want*. Rio de Janeiro, Brazil. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1BGIIee> [acedido em: 05-2014]

WaterAid & Tearfund, 2005. *An empty glass: The EU Water Initiative's contribution to the water and sanitation Millennium targets*. Discussion Paperer. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1wm2KGK> [acedido em: 04-2014]

WaterAid, 2011. *Off-track, off-target: Why investment in water, sanitation and hygiene is not reaching those who need it most*. London: WaterAid. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1y7ewJV> [acedido em: 04-2014]

### **Outras Referências Bibliográficas consultadas:**

COMISSÃO EUROPEIA, 2006. *Acção Externa: Programa Temático para o Ambiente e a Gestão Sustentável dos Recursos Naturais, incluindo a Energia*. Bruxelas: Comissão Europeia. Bruxelas, 25.1.2006. COM(2006) 20 final. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/X7som0> [acedido em: 05-2014]

Delegação da CE na Guiné Bissau, 2012. *Orientações Call for Proposal: PROGRAMA ANE 2011: "CULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO NA GUINÉ-BISSAU"*. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1qEYPWb> [acedido em: 06-2014]

EU-ACP, 2000. *ACORDO DE PARCERIA entre os estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a comunidade europeia e os seus Estados-Membros assinado em Cotonu, em 23 de junho de 2000*. Jornal Oficial das Comunidades Europeias. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1uDNgxz> [acedido em: -2014]

EUROPEAN PARLIAMENT, COUNCIL, COMMISSION, 2006. *The European Consensus on Development*. Brussels: Official Journal of the European Union. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1sYNlwt> [acedido em: 05-2014]

Mason, N., Harris, D. & Batley, R., 2013. *The technical is political: Understanding the political implications of sector characteristics for the delivery of drinking water services*. Overseas Development Institute (ODI) - University of Birmingham. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1qWTtDf> [acedido em: 05-2014]

Mason, N., 2012. *Relationships between water supply, sanitation and hygiene (WASH) service delivery and peace-building and state-building. A review of the literature*. London: Overseas Development Institute (ODI) - University of Birmingham. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1DbfDbo> [acedido em: -2014]

UNITED NATIONS, 2010. *Resolution adopted by the General Assembly on 28 July 2010*. Res.: 64/292. [Online] Disponível em: <http://bit.ly/1uAF4PJ> [acedido em: 05-2014]

### **Websites de Dados Estatísticos:**

UNICEF/WHO, 2014, Joint Monitoring Program (JMP) for water supply and sanitation, <http://www.wssinfo.org/data-estimates/tables/> [acedido em: 05-2014]

UNDP, HDI 2012, <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/GNB> [acedido em: 06-2014]

Banco Mundial, 2012, <http://data.worldbank.org/country/guinea-bissau> [acedido em: 06-2014]

### **Outros Websites Consultados:**

Nações Unidas: <http://www.un.org/millenniumgoals/environ.shtml> [acedido em: 05-2014]

Nações Unidas: <http://www.un.org/waterforlifedecade/background.shtml> [acedido em: 05-2014]

EuropeAid: [http://ec.europa.eu/europeaid/about-development-and-cooperation-europeaid\\_en](http://ec.europa.eu/europeaid/about-development-and-cooperation-europeaid_en). [acedido em: 04-2014]

Programas temáticos IDC: [http://ec.europa.eu/europeaid/how/finance/thematic\\_en.htm](http://ec.europa.eu/europeaid/how/finance/thematic_en.htm) [acedido em: 04-2014]

Joint Monitoring Programme. (UNICEF/WHO): [http://www.wssinfo.org/definitions-methods/watsan-categories/\(05/2014\)](http://www.wssinfo.org/definitions-methods/watsan-categories/(05/2014))

### **Entrevistas:**

(Como parte do método de investigação foram realizadas, entre o período de Março até Agosto 2014, entrevistas presenciais com gravação e entrevistas via *e-mail*. A matriz das entrevistas está disponível em: <http://1drv.ms/1BQczQk>)

Dourado, Sara. “Entrevista via e-mail.” Gentili, Davide. 15 Setembro de 2014. Lisboa

Frazão, Nuno. “Entrevista via *e-mail*.” Gentili, Davide. 14 Agosto de 2014. Lisboa

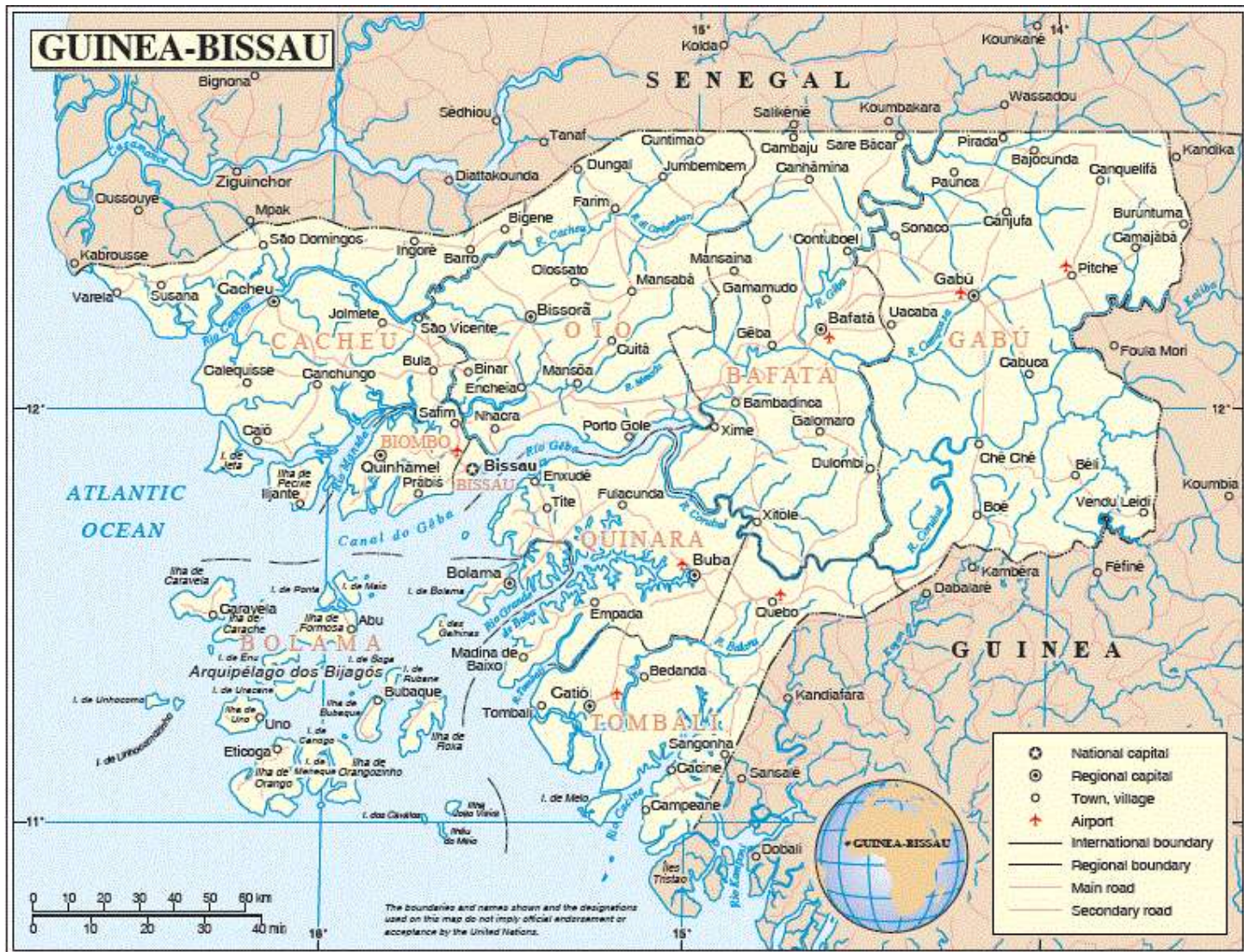
Gomes, Henrique. “Entrevista com gravação” Gentili, Davide. 7 Julho de 2014. Lisboa

Pedro, Ana Margarida. “Entrevista com gravação” Gentili Davide. 21 Março de 2014. Lisboa

Rabaça, João. “Entrevista via *e-mail*.” Gentili, Davide. 10 Julho de 2014. Lisboa



## ANEXO A – MAPA GUINÉ BISSAU






Map No. 5063 Rev. 4 UNITED NATIONS  
June 2012

Department of Field Support  
Cartographic Section

## ANEXO B - COMPARAÇÃO UE-TESE

### PRIORIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES

	UE	TESE	Compara ção
Objetivos	Objetivo 7, meta 7c . Boa Gestão Recursos Hídricos Redução Pobreza	Objetivo 7, meta 7c . Boa Gestão Recursos Hídricos Redução Pobreza	
Grupos alvo	Populações Vulneráveis, Organizações de Utilizadores e Instituições no Domínio da Água	Populações Vulneráveis, Organizações de Utilizadores e Instituições no Domínio da Água	
Ações propostas e Abordagem	<p><b>1. Intervenções Infraestruturais</b></p> <p><b>2. Gestão dos Recursos e dos Serviços:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilização, participação e responsabilização</li> <li>- Reforço e gestão das instituições:</li> <li>Melhoria do quadro legislativo: melhor transparência; boa governação no WASH; Reforço de capacidades na gestão eficiente de planos integrados das bacias hidrográficas; Reforço das capacidades de funcionamento e manutenção das infraestruturas</li> <li>- Gestão da água através da procura:</li> <li>Tarifação dos serviços hídricos; Minimização da água não contabilizada</li> <li>- Expansão da base de conhecimentos</li> <li>- Melhor coordenação</li> </ul>	<p><b>1. Construção e reabilitação de infraestruturas</b></p> <p><b>2. Melhoria da gestão dos recursos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilização para utilização recursos, educação para a higiene e tratamento da água a nível doméstico</li> <li>- Reforço e gestão das instituições WASH para reforço das capacidades, operacionalização e manutenção dos sistemas.</li> <li>- Gestão através da procura: (Em Bafatá)</li> <li>Tarifação / Contabilização dos serviços de abastecimento de água</li> <li>- Expansão da base de conhecimentos sobre a gestão dos serviços</li> <li>- Coordenação entre as organizações presentes no território</li> </ul>	

**ABORAGEM SOBRE AS QUESTÕES CHAVE DO ACESSO E DA GESTÃO DOS SERVIÇOS  
HÍDRICOS**

	<b>UE</b>	<b>TESE</b>	<b>Compara ção</b>
Modelo o gestão	GIRH em todos os níveis de responsabilidade. Gestão comunitária a nível local.	Gestão comunitária: se fragilidade institucional a nível central.	
Valor água	Económico, Social, Cultural, Sanitário e Ambiental	Económico, Social, Cultural, Sanitário e Ambiental	
Equidad e	Meio caminho entre a equidade no acesso e a viabilidade económica.	+ equidade e justiça, - eficiência económica, se existência de subsídios cruzados entre consumidores.	
Direitos Humano s	Negligenciados nas orientações da CE.	Abordagem não explícita, mas ações para abastecimento de água de qualidade mínima, de custo módico e acessível.	
Género	Consideração questões de Género na elaboração e implementação dos projetos.	São consideradas as questões de Género na elaboração e implementação dos projetos.	
Qualidade Serviços	Expansão do acesso. Não aprofunda fiabilidade e nível dos serviços, dos custos reais de acesso e da distribuição	Expansão sim, mas tendo em conta manutenção qualidade. Qualidade dos Serviços e da Água têm importante valência nas ações da TESE.	
Propriedade	Posição Neutra sobre a propriedade dos serviços.	Valor público dos serviços. Papel Ativo por parte do Estado na gestão e na tutela dos serviços. Abordagem pragmática (Fragilidade Estado): tem privilegiado formas de gestão comunitária.	
Preço e Tarifação	Princípios de Gestão da Procura, Impor tarifas sobre os serviços hídricos é um importante componente de sustentabilidade (ambiental e económica).	Princípios de Gestão da Procura, Tarifação dos serviços para garantir sustentabilidade ambiental, económica. Definição preço: acessibilidade para mais pobres e viabilidade da gestão.	
Ambie nte	Considerar a melhoria ou a minimização dos efeitos negativos para o meio-ambiente.	Tecnologia de bombagem: Painéis Solares.	
Educação	Complementar intervenções com ações de informação, ensino e comunicação.	As ações são complementadas com ações de informação, ensino e comunicação.	
Tecnoló gicas	Abordagem equilibrada entre os meios físicos e o capital humano utilizado nos projetos.	Equilíbrio entre Meios Físicos e Capital Humano utilizado nos projetos.	